

MAIORIDADE PENAL A RECLUSÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE JOVENS COM MENOS DE 18 ANOS AMPLIARIA O EXÉRCITO DAS FACÇÕES, ALERTAM ESPECIALISTAS

ESCUDO DAS AMÉRICAS A "ALIANÇA" ANUNCIADA POR WASHINGTON NÃO PASSA DE UM PROJETO DE SUBMISSÃO, POR VIA MILITAR, DOS PAÍSES DO CONTINENTE

CartaCapital



cartacapital.com.br

ANO XXXI Nº 1404

R\$ 31,90

18 DE MARÇO DE 2026



basset
editora

CAIXA DE PANDORA

COM OS PODERES DA REPÚBLICA SOB FOGO CRUZADO,
OS FANTASMAS DO LAVA-JATISMO SAEM DA TUMBA

DEIXAMOS NOSSA MARCA NA LUTA CONTRA A FOME. AGORA NOSSA LUTA GANHA UMA NOVA MARCA.

A fome não espera.

E a Ação da Cidadania também não.

Há 30 anos, somos um movimento que segue crescendo.

Agora, lançamos uma nova marca para mostrar essa evolução: a de uma ONG que nasceu com o prato vazio em denúncia à fome e hoje se tornou um amplo movimento ativista e transformador. A essência é a mesma, mas renovada para inspirar novas gerações e representar nossa luta por **um Brasil mais igual.**

PRA MUDAR O MUNDO TEM QUE TER AÇÃO



Ines249

ACAODACIDADANIA

Faça parte desse movimento.
Conheça os nossos projetos:
acaodacidadania.org.br

Um dos acusados do estupro coletivo, crime com participação de um menor de idade. Pág. 22



6 A SEMANA

8 EDITORIAL

15 MARJORIE MARONA

17 PEDRO SERRANO

Seu País

22 **SEGURANÇA** Volta a campanha pela redução da maioridade penal

26 **PROTAGONISTA** O Galo de Luta em disputa com a prefeitura de São Paulo

29 **RENATO MEIRELLES**

30 **ARTIGO** Sinais de que o Brasil enfrenta um *lawfare* de gênero contra políticas de igualdade

Capa: Pilar Velloso, Midjourney-v7 e iStockphoto

Economia

32 **PIB** As incertezas internas e externas pesam sobre a economia

35 **ADALBERTO VIVIANI**

36 **FINANÇAS** Fundos bilionários dos EUA travam os saques de clientes

38 **SEBRAE** Os ousados planos de expansão da School of Rock

Nosso Mundo

40 **IRÃ** Até agora, Donald Trump não tem como cantar vitória

43 **JAMIL CHADE**

44 **EUA** Lá se foi Krist Noem, a "Barbie do ICE"

46 **ANÁLISE** É preciso escapar da economia da atenção imposta pelas empresas de tecnologia

10 MONSTROS À SOLTA
O ESCÂNDALO DO MASTER COLOCA OS PODERES EM PÉ DE GUERRA E ACORDA OS FANTASMAS DO LAVAJATISMO

Plural
48 COMO APROVEITAR A ONDA

O BRASIL PREPARA POLÍTICAS PARA ATRAIR A PRODUÇÃO DE FILMES INTERNACIONAIS

50 **CINEMA** *A Pequena Amélie* 52 **RESENHA** *Hipocrições e Olhigarças*, de Rui Tavares
54 **LIVRO** *Via Gemitio*, de Domenico Starnone 56 **AFONSIÑO** 57 **SAÚDE** *Por Arthur Chioro* 58 **CHARGE** *Por Venes Caitano*

basset

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar.
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani
DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva
NOVOS PROJETOS: Demétrios Santos
GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello
ANALISTA DE PROJETOS: Gabriela Gomes de Oliveira
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
BSB/RJ: Hera Mídia - landra Siqueira, (61) 98322-9994 / (19) 99818-8958, landrasiqueira@heramidia.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 - Carlos Chetto, (71) 9617-6800 / Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S.
Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 - SP/SP - CEP 05410-010
www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas - exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

Ines249

CARTAS CAPITALAIS



LULINHA E A CPI DO INSS

Isso é cortina de fumaça para esconder os pastores envolvidos no escândalo do INSS e os 3 milhões depositados por Vercaro na conta particular de Bolsonaro.
Beth Schittino

É muito mais seguro falar da esposa de um ministro ou do Lulinha do que explicar como um banqueiro desviou bilhões e mantinha uma milícia privada por um 1 milhão de reais. O Banco Master e os grupos envolvidos sustentam os intervalos comerciais, a mídia nunca vai morder a mão de quem a alimenta.
Cristiane Torres

O PT foi o partido que mais criou mecanismos anticorrupção na história. Mas nunca conseguiu usar isso a seu favor.
Juliano Cavalcante

ÓDIO ÀS MULHERES

A prevenção da violência contra as mulheres exige educação emocional, nas escolas, faculdades etc. Há uma crença perigosa sendo alimentada há décadas de que cargo respeitado e sucesso profissional são sinônimos de maturidade psíquica. Estamos assistindo a crimes bárbaros cometidos por pessoas com currículos

impecáveis, e ainda assim emocionalmente perigosos.
Alexandre Lima

A civilização ocidental está indo para o buraco e, sem o desenvolvimento de plataformas e redes nacionais próprias, a segurança social e jurídica corre risco. Há uma série de variáveis que converge para isso. Grupos políticos e demais organizações se aproveitam para criar esferas de poder e pertencimento. A intolerância é um veneno viral praticamente sem antídoto.
Pedro Silva

É importante divulgar como a Europa e os Estados Unidos ficaram tão ricos. Também é importante saber que riqueza só é conseguida com opressão, chantagem, suborno e sangue.
Johndalison Tenório

Independentemente de se discordar do atual regime teocrático do Irã, este podcast ilustra o porquê de ter ocorrido a revolução islâmica em 1979.
Sidney Carvalho

Uma grande aula para entendermos o atual cenário.
Rogério Laurenti

O Brasil deveria ter investido em energia nuclear para defesa há muito tempo, mas essa política de conciliação não enxergou essa necessidade antes. Agora o perigo está espreitando a nossa porta. Mas vamos lá, antes tarde do que nunca, como dizem. E vamos pensar em mudanças radicais nas relações de poder. É urgente!
Nicolas Couto

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
• Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

A Semana

Pena maior

O Superior Tribunal de Justiça restabeleceu a condenação de 10 anos e 6 meses de prisão imposta pela primeira instância a Thiago Brennand por estupro de uma artista norte-americana em 2021. A pena havia sido reduzida a 8 anos e 9 meses pelo TJ de São Paulo. A vítima havia sido imobilizada e ameaçada com uma arma de fogo. Os magistrados do STJ refutaram os argumentos da defesa do empresário. Até o momento, Brennand foi condenado em quatro processos e as punições ultrapassam 28 anos de detenção em regime fechado.

Golpismo/ O inimigo ao lado

Foragido do 8 de Janeiro consegue refúgio político na Argentina

Joel Borges Corrêa, condenado pelo Supremo Tribunal Federal por participação nos atos golpistas de 8 de janeiro, obteve o *status* de refugiado político na Argentina, para onde havia fugido. A comissão responsável por analisar o caso reconheceu a existência de risco ou perseguição no país de origem. Os advogados de Corrêa agora pedirão o fim do processo de extradição em curso na Justiça. O parecer do Conare argentino abre um precedente e anima outros golpistas que escaparam para os pampas de Javier Milei, que tem feito corpo mole. Dos 62 “patriotas” escondidos no vizinho, apenas seis foram detidos. Cinco deles em novembro de 2024 e outro em dezembro passado. É mais uma razão para o Brasil colocar as barbas de molho. Poucos dias atrás, Milei estava na primeira fila de puxa-sacos de Donald Trump, em Miami, durante o lançamento do “Escudo das Américas”, um projeto de subser-



Corrêa é o primeiro golpista a receber benefício na Argentina

viência de líderes ultradireitistas da América Latina a Washington. Brasil, México e Colômbia não estavam entre os convidados. O presidente argentino acabou, por sua vez, recompensado pelo entusiasmo no gargarejo. Conseguiu até um brinde: a caneta usada pelo ídolo na assinatura do projeto.



A dívida do conglomerado soma 4,5 bilhões de reais

Varejo/ FALÊNCIA ADIADA

O PÃO DE AÇÚCAR ANUNCIA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

O GPA, controlador das redes de supermercados Pão de Açúcar e Extra, comunicou na terça-feira 10 a celebração de um acordo com parte dos credores para uma recuperação extrajudicial. Segundo o grupo, 46% dos detentores de créditos, perto de 2 bilhões de reais, aceitaram os termos oferecidos. No quarto trimestre do ano passado, a varejis-

ta registrou prejuízo líquido de 572 milhões de reais e constatou que cerca de um quarto das lojas tem desempenho abaixo do projetado. As dívidas somam 4,5 bilhões de reais. O GPA ganha um fôlego de 90 dias para continuar nas negociações. “O plano representa um passo importante para o objetivo da administração de fortalecer o balanço,

melhorar o perfil do endividamento e posicionar a companhia para o futuro, ao mesmo tempo que preserva o relacionamento com fornecedores e protege sua operação. O plano também reflete a manutenção de um diálogo construtivo e de bom entendimento com seus principais credores”, afirma o conglomerado no fato relevante enviado ao mercado.

Colômbia/ Fôlego para Petro

A coligação governista de esquerda vence as eleições legislativas

Um dos alvos prediletos da Casa Branca, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, respirou aliviado após a abertura das urnas na noite do domingo 8. O Pacto Histórico, que reúne seus aliados, venceu a disputa legislativa, realizada antes das presidenciais, e quase dobrou o número de votos em rela-

ção a quatro anos atrás: 4,4 milhões, equivalentes a 22,7% dos válidos, contra 2,8 milhões. O segundo colocado, o Partido Centro Democrático, do ex-mandatário Álvaro Uribe, obteve 3 milhões, ou 15,6%. Adendo: Uribe não conseguiu um assento. Os governistas mantêm, assim, o maior número de vagas tanto no Senado quanto na Câmara,

embora sem alcançar uma maioria confortável. O resultado animou a coligação de Petro, que tem o senador Iván Cepeda como candidato à Presidência da República – os eleitores decidirão em 31 de maio. Em pesquisas de meados de fevereiro, Cepeda aparece na liderança (33%), à frente do empresário Abelardo de la Espriella (25%). “Somos a principal força política da Colômbia, a mais influente e a que conta hoje com a bancada mais numerosa no Senado e na Câmara dos Representantes”, comemorou o candidato.

Cepeda é o nome escolhido para substituir Petro



As ossadas de Epstein?

Policiais do estado do Novo México iniciaram, na segunda-feira 9, as buscas em uma antiga fazenda de Jeffrey Epstein após denúncias de que ao menos duas vítimas de abuso sexual teriam sido enterradas na propriedade. As suspeitas constam de documentos liberados pelo Departamento de Justiça norte-americano por pressão popular. Os arquivos de Epstein, que se matou na prisão, tornaram-se a maior dor de cabeça para Donald Trump. Mulheres, menores de idade à época, acusam o atual presidente de estupro e exploração. Trump e Epstein eram unha e carne.

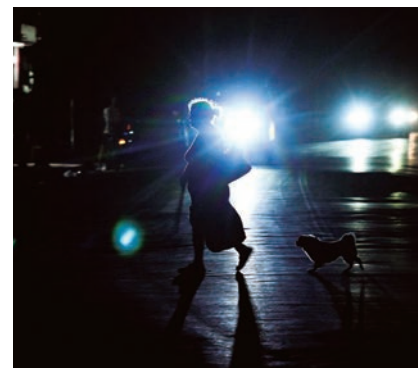
Cuba/ O PRÓXIMO ALVO

DONALD TRUMP VOLTA A AMEAÇAR A ILHA CARIBENHA

Em meio à indefinição a respeito dos próximos passos no ataque ao Irã, em parceria com Israel, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, encontrou um tempo para voltar a ameaçar Cuba, afundada em uma crise humanitária agravada pelas sanções norte-americanas e o bloqueio ao fornecimento de petróleo. “Pode ser ou não uma aquisição amigá-

vel”, afirmou o republicano, na linguagem dos negócios que lhe é peculiar. “Realmente, não importaria, pois eles estão em um estado deplorável.” Trump foi além: “Queremos acabar com o Irã, mas Cuba é uma questão de tempo”. A ilha comunista enfrenta severo racionamento de energia desde que Washington sequestrou Nicolás Maduro e se apropriou

do comércio do produto venezuelano, seu principal fornecedor. Os cortes de luz chegam a durar 16 horas por dia e afetam atividades básicas, entre elas o transporte de produtos e cidadãos. Como em outros casos, o presidente dos EUA insinuou que os cubanos têm demonstrado disposição em negociar. O governo caribenho nega.



A falta de energia se prolonga e dificulta a vida dos cubanos

Já vimos esse filme

Como de hábito, a repulsa à corrupção serve a interesses eleitorais e ideológicos

No teatro da indignação calculada, há quem sinta saudades do velho bordão do apresentador Boris Casoy: “É preciso passar o Brasil a limpo”. Nos jornais, sites, tevês e redes sociais, os candidatos a porta-vozes do udenismo continuam, no entanto, disponíveis. Um velho guerrilheiro contra a ditadura propôs o fechamento do Supremo Tribunal Federal. O colunista imortal acordou as vivandeiras dos quartéis. Por ele o País foi informado da “inquietação” nas Forças Armadas, desmoralizadas pela omissão ou conivência com a tentativa de golpe liderada por Jair Bolsonaro e Walter Braga Netto, com o que consideram o êxito da impunidade na Corte. É um truque enfadonho, de tão manjado, as notícias apócrifas na mídia a respeito de um suposto incômodo dos generais em momentos de crise do poder civil, sejam reais ou fabricadas. Quanto ao mal-estar nas casernas e nos clubes militares, recomendam-se gotas de Luftal.

Os ministros José Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, claro, não estão acima dos demais mortais. São servidores públicos e a análise de suas condutas pessoais está longe de representar um ataque ao STF, como ambos insinuaram em mais de uma ocasião nas últimas semanas. Felizmente, os tempos do absolutismo ficaram no passado. Luís XIV era o Estado na França, mas o Supremo não é Toffoli nem Moraes. O primeiro, sócio de um *resort* que recebeu investimentos de fundos ligados ao banqueiro Daniel Vercaro, deveria ter se declarado impedido desde o mo-

mento da chegada do processo a seu gabinete. Embora a maioria de suas decisões tenha contemplado os pedidos da Procuradoria-Geral da República e da Polícia Federal, a insistência em manter o caso sob sua asa arrastou o tribunal para o epicentro de um escândalo que não lhe dizia respeito. No caso de Moraes, o contrato da mulher, Viviane Barci, com o Banco Master, em torno de 3 milhões de reais por mês, é exorbitante mesmo para os padrões suntuosos das boutiques advocatícias brasileiras. Vercaro, sabe-se a esta altura, era extravagante e não fazia questão de economizar com festas, mulheres, amigos e acordos comerciais. Ainda assim...

Os fatos não explicam nem justificam, porém, a obsessão do jornalismo em mi-

rar a Corte e relegar a segundo plano os responsáveis por avalizar, de fato, as artimanhas do Master. Moraes foi empurrado a uma situação esdrúxula. Os vazamentos seletivos e incompletos de agentes da PF a uma certa banda do jornalismo lançam suspeitas sobre o magistrado, mas não permitem à opinião pública aferir a veracidade das informações. O ministro nega ter recebido as mensagens encontradas no bloco de notas do celular de Vercaro, uma delas pergunta se o receptor conseguiria “barrar” um certo ato, e ter frequentado a casa do banqueiro em Trancoso, na Bahia. Por meio da imprensa, os delegados, anônimos, garantem que Alexandre é Alexandre mesmo, não outro Alexandre qualquer. Fica o dito pelo não dito e inverte-se o ônus da prova. Nesse meio tempo, um festival de mensagens íntimas e gastos milionários do investigado, sem qualquer relação com os crimes sob investigação, inundam o noticiário e criam o clima de “Sodoma e Gomorra”, a sensação de falência total das instituições e a necessidade, como esbravejaria Casoy, de “passar o Brasil a limpo”.

Entretidos com o linguajar infantil do suspeito e da namorada, deixamos o principal na sombra. Quem pede a cabeça de juizes e a intervenção na Corte Suprema se esquece do básico na apuração de malfeitos de colarinho branco: seguir o dinheiro. Seria instrutivo responder uma pergunta, formulada aqui de duas maneiras. Quais atos de ofício de Toffoli e Moraes facilitaram a vida de Vercaro? Quais decisões do



Sansão. Cortaram a vasta cabeleira de Vercaro e expuseram o feito



Ritual. As provas de causa e consequência da influência política na operação do BRB estão em segundo plano. E as vivandeiras dos quartéis voltam a ganhar espaço na mídia



STF favoreceram o banqueiro? Enquanto o jornalismo “profissional” abre mão de perseguir essas respostas, ouvem-se em Brasília os ecos da Lava Jato. Nomeado, por sorteio, relator do inquérito, o bolsenarista e “terrivelmente evangélico” André Mendonça engendra uma dobradinha com a turma do Centrão no comando da CPI do INSS e com a porção da Polícia Federal viúva da República de Curitiba. Resultado: holofotes nos ministros do Supremo e em Fábio Luís da Silva, o Lu-

linha, filho do presidente da República.

Os confrades de Vorcaro só têm a agradecer. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, esteve diversas vezes com o banqueiro. Seu filho vendeu créditos ao Reag, fundo parceiro do Master e investigado por ligações com o PCC. E o BRB, banco público distrital, aceitou comprar a instituição financeira falimentar, operação abortada pela decisão do Banco Central de liquidar o conglomerado privado. Eis o arquétipo de causa e consequência.

Só falta reavivar o velho bordão de Boris Casoy: “É preciso passar o Brasil a limpo”

O senador Ciro Nogueira, do PP, propôs no Congresso uma lei para ampliar o valor do fundo garantidor de crédito que cairia como luva nos interesses do “amigo de vida”. Siga o dinheiro? Governadores bolsenaristas, entre eles Cláudio Castro, do Rio de Janeiro, arriscaram a aposentadoria de funcionários públicos em aplicações de alto risco do banco. Siga o dinheiro? Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro e pastor da igreja Lagoinha, foi o maior doador individual das campanhas de Bolsonaro e Tarcísio de Freitas em 2022. *Follow the money?* Nikolas Ferreira, fiel da Lagoinha, usou aviões do banqueiro para fazer campanha quatro anos atrás. Apesar das claras relações do dono do Master com um determinado campo político, lê-se por aí que o escândalo envolve políticos da direita e da esquerda, em igual proporção.

O uso político, eleitoral e ideológico da justa repulsa à corrupção é de triste memória. Há uma década, o País embarcou em um projeto partidário disfarçado de campanha moralista, conduzido por um juiz parcial, que destruiu a economia, gestou a extrema-direita, abriu o caminho para uma tentativa de golpe e colocou à prova o arremedo de democracia. Sobrevivemos por muito pouco. Repete-se agora a mesma aliança deletéria com os mesmos objetivos. Resta saber se, desta vez, conseguiremos superar os estragos. No fundo, sem descuidar da necessária apuração dos fatos, é “preciso passar o lavajatismo a limpo”. Antes que seja tarde. •

Briga de foice

EM MEIO AO CASO MASTER, AOS DESVIOS DE EMENDAS E À DISPUTA ELEITORAL ANTECIPADA, OS PODERES SE ENGALFINHAM

por ANDRÉ BARROCAL



Três deputados do PL de Jair Bolsonaro estão no corredor da morte política por causa de falcaturas com emendas parlamentares, verbas inseridas no orçamento público por congressistas. O trio começou a ser julgado no Supremo Tribunal Federal na terça-feira 10 e, se condenados, podem ir para a cadeia, perder o mandato e ficar inelegíveis. A Procuradoria-Geral da República acusa os parlamentares de montar uma quadrilha de comércio de emendas. O deputado Josimar Maranhãozinho seria o chefe e o Pastor Gil, do Maranhão, e Bosco Costa, de Sergipe, os comparsas. No episódio que os levou ao banco dos réus, a trilha tentou arrancar 1,6 milhão de reais de um prefeito maranhense em troca de 6,6 milhões destinados à cidade em 2019 e 2020. Detalhe: o cobrador da comissão em nome

dos acusados, um agiota conhecido como Pacovan, foi assassinado em 2024.

A eventual condenação dos três tem tudo para ampliar o curto-circuito em Brasília provocado pelo escândalo do finado Banco Master. Quanto mais claro ficar ao País que as emendas se prestam à corrupção generalizada e ao desarranjo do presidencialismo, maior a chance de o Supremo acabar com a obrigação de o governo liberar dinheiro de forma automática. E

ENQUANTO O STF JULGA DEPUTADOS POR DESVIOS DO ORÇAMENTO, O CONGRESSO QUER UMA CPI CONTRA A CORTE

isso o Congresso não aceita. O STF está em maus lençóis perante a opinião pública e precisa limpar a barra. A ofensiva contra os penduricalhos salariais da magistratura encaixa-se aí. Idem a cruzada de Edson Fachin, presidente da Corte, por um Código de Ética, tema que racha os ministros do tribunal. Dois deles foram tragados pelo caso Master: Alexandre de Moraes e José Dias Toffoli. A Polícia Federal encontrou mensagens de celular aparentemente trocadas pela dupla com Daniel Vercaro, o dono do ex-banco, enquanto a mídia noticiou elos financeiros de ambos com o banqueiro, levado de volta à prisão preventiva. A banca advocatícia da esposa de Moraes foi contratada a peso de ouro por Vercaro. E este injetou dinheiro em uma empresa da família de Toffoli por meio da compra de parte de um *resort* por um fundo de investimento.

Os bolsonaristas do Senado querem uma CPI contra os dois togados e há as as-



sinaturas mínimas necessárias. Colocar o Supremo na berlinda é o sonho da oposição, desde que ficou claro que o tribunal não deixaria Bolsonaro escapar da cadeia por tentativa de golpe. A encrenca de Moraes e Toffoli quebrou a unidade no STF e deixou seus integrantes na bronca com a PF. Na reunião que decidiu pelo afastamento de Toffoli dos inquéritos do Master em fevereiro, sobram críticas à polícia. O que significa, de quebra, insatisfação com Lula, pois a PF está na seara do governo. O presidente jogou o ministro e ex-advogado-geral da União aos leões, ao permitir que auxiliares soprassem à mídia sua sugestão de aposentadoria do magistrado. A postura do petista lembra Dilma Rousseff, na Operação Lava Jato, de não gastar capital político na defesa de ninguém. Nem mesmo do filho Fábio Luís da Silva, chamado de Lulinha, atingido pelas apurações sobre fraudes no INSS (ver quadro à página 12). Motivo: Lula não tem ibope para queimar.

Vorcaro voltou para a cadeia. Toffoli e Moraes foram arrastados e arrastaram o Supremo para o centro do escândalo. A história abalou a unidade que o colegiado vinha demonstrando



CAPA

“O clima está muito ruim, é de imprevisibilidade. Pode até haver uma crise institucional. Precisamos de uma solução política”, afirma o senador Humberto Costa, do PT de Pernambuco. A solução exige a participação de Lula. Para um parlamentar lulista, o presidente precisa ouvir outros conselheiros, não só os atuais, que basicamente são os ministros do Palácio do Planalto, os líderes congressuais do governo e a cúpula da legenda.

O ambiente político e midiático carregado contribuiu para produzir algo que espanta Costa. Desde dezembro, cresce o número de brasileiros que acreditam na piora da economia. Eram 38% no fim de 2025, agora são 48%, conforme recente pesquisa Quaest. No ano passado, houve avanço do PIB, embora menor do que em 2024, o desemprego era o mais baixo e o salário médio, o mais alto. No levantamento Quaest, o tema “corrupção” pulou para o segundo lugar nas preocupações nacionais, com 20%, atrás apenas de “violência”, com 27%. Ex-presidente do PT e do comitê eleitoral de Lula em 2022, o deputado Rui Falcão, de São Paulo, costuma dizer que



O ministro Dino é o relator do inquérito dos desvios de emendas parlamentares

quando a “corrupção” se torna assunto dominante, quando há um clima “lavajatis-ta”, quem paga o pato é o governo.

É o que acontece no embalo do escândalo do Master. Outra pesquisa recente, do Canal Meio, mostrou: 35% ligam o caso ao Supremo, 21% ao governo, 18% ao Congresso e 26% a todo mundo. Surge aos poucos um ambiente similar àquele da eleição de 2018, vencida por Bolsonaro: ninguém presta na política, o caminho é um *outsider*, papel que o filho presidencial do capitão quer para si. O senador Flávio representa um risco golpista como o pai, sobretudo ao Supremo. No ano pas-



Os deputados Maranhãozinho, Pastor Gil e Bosco Costa estão no banco dos réus

BALA DE FESTIM

A investigação sobre Lulinha “não vai encontrar nada”, diz o advogado Marco Aurélio de Carvalho

A quebra do sigilo bancário de Fábio Luís da Silva, filho de Lula, não trouxe nada de comprometedor no caso das fraudes previdenciárias. Ao menos, naquilo vazado pela CPI do INSS, uma das responsáveis pelo pedido. Não há pagamentos feitos por Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”.

Daí, a defesa de Lulinha pretende solicitar ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, o arquivamento do caso. A pedido da Polícia Federal, o juiz havia autorizado a quebra do sigilo do primogênito do presidente. “A bala de prata da oposição é de festim. A investigação não vai encontrar nada contra o Fábio,

vai servir para desfazer todas as dúvidas sobre ele”, diz Marco Aurélio de Carvalho, conselheiro jurídico de Lulinha.

CartaCapital: O presidente Lula pediu ao filho que preste esclarecimentos públicos sobre o caso?

Marco Aurélio de Carvalho: De fato, o presidente falou com seu filho algumas vezes e transmitiu o desejo de que Fábio viesse a público para esclarecer toda e qualquer dúvida que ainda pudesse pairar sobre sua conduta na vida pes-

soal e profissional. Ele sabe que o filho já foi vítima de vilanias e injustiças e acredita na presunção de inocência, mas acha que o melhor remédio, nesse caso, é a transparência.

CC: E o que Fábio pretende fazer?

MAC: Ele orientou seus advogados a manifestarem em juízo a sua disposição voluntária, espontânea e efetiva de colaborar com a Justiça no esclarecimento dos fatos. Antes mesmo da quebra do seu sigilo, Fábio já tinha apresentado ao ministro André Mendonça

sado, deu uma entrevista na qual declarou abertamente que um indulto ao patriarca exigiria “o uso da força” contra o STF. “A gente está falando da possibilidade de interferência direta entre os Poderes.” Flávio, aliás, assinou o pedido de comissão de inquérito contra Toffoli e Moraes, mas o considera “ilegal”. “Não pode instalar CPIs para investigar crimes comuns de pessoas”, declarou em público.

No Senado, o caso Master motiva outra proposta de CPI, esta com foco nas bandalheiras originais, as irregularidades financeiras do ex-banco e os personagens que tomaram decisões pró-Vorcaro. “Os fatos estavam a favor do governo no debate. As ‘narrativas’ viraram o jogo. Temos que desvirar”, afirma o proponente da CPI, Rogério Carvalho, do PT sergipano. Por “narrativas”, entenda-se a ação oposicionista nas redes sociais, terreno dominado pelo bolsonarismo. Com a colaboração do noticiário convencional, a oposição iguala episódios de significado e importância distintos. Por exemplo, Ricardo Lewandowski, ministro da Justiça em 2024 e 2025, foi contratado como consul-

SEGUNDO PESQUISAS, MAIS ELEITORES LIGAM OS DESVIOS DO MASTER AO PALÁCIO DO QUE AO CONGRESSO



Campos Neto, protegido pela mídia, e os comparsas de Vorcaro no BC: Souza e Santana

tor do Master antes de entrar no governo. Ao que se sabe, não tomou qualquer decisão favorável a Vorcaro. Ao contrário, com ele no ministério, a PF prendeu o agora ex-banqueiro pela primeira vez.

Outro caso: Guido Mantega, ministro da Fazenda de Lula no passado, também era consultor do Master. Levou Vorcaro ao presidente em dezembro de 2024. O banqueiro queria proteção contra o que considerava perseguição e campanha difamatória dos rivais. Não adiantou. Sob a batuta de Gabriel Galípolo, nomeado por Lula, o Banco Central fechou o Master em novembro de 2025. Quando Vorcaro



O filho do presidente é vítima de “vilania”, afirma Carvalho

essa disposição de colaborar. E isso foi antes, bem antes, do pedido da Polícia Federal de quebra do sigilo.

CC: Depois da quebra do sigilo bancário, as informações vazadas não apontaram vínculos com o “Careca do INSS”. Qual era a relação do Fábio com ele? Ou não havia relação?

MAC: Ele conhece e esteve circunstancialmente com o Antunes, mas não tinha relação profissional, nunca teve nem pretendia ter. Isso vai ficar claro conforme os esclarecimentos forem apresentados

ao ministro André Mendonça. Importante dizer que o Fábio nunca recebeu dinheiro do “Careca do INSS”, seja por questões relacionados ao INSS ou por qualquer outra.

CC: Quem pagou a viagem do Fábio a Portugal em junho de 2024? A PF encontrou um localizador de passagens válido para ele e a empresária Roberta Luchsinger, que fez negócios com Antunes.

MAC: O Fábio pretende apresentar esclarecimentos ao ministro André Mendonça. Ele esteve de fato no mesmo voo

(que o “Careca”). Mas, repito: o Fábio pode afirmar de forma categórica que nunca recebeu dinheiro de Antunes nem tem qualquer tipo de relação direta ou indireta com os fatos apurados na CPI do INSS. Ele já foi vítima de todo tipo de vilania num passado recente: lhe atribuíram a propriedade de uma Ferrari de ouro, de uma fazenda com milhares de cabeças de gado, de um conjunto grande de ações da JBS, de fazendas na Região Norte. Ele recebe com indignação mais esta tentativa de afetar a sua honra.

CAPA

foi a Lula, o BC era chefiado por um indicado de Bolsonaro, Roberto Campos Neto. A gestão de Campos Neto autorizou o Master a operar, depois de Vercaro ter comprado o que restava de uma instituição prestes a ser fechada por causa de umas safadezas, o Máxima. Incentivar *fintechs* para enfrentar os grandes bancos era uma política do então presidente da instituição.

Em 2021, Campos Neto renovou a permanência na Diretoria de Fiscalização de um servidor que ocupava o posto desde 2018. Era Paulo Sérgio Novaes de Souza, diretor até 2023. Souza estaria no bolso do Master, conforme a PF. Seria informante e prestador de serviços de Vercaro, fazia vista grossa às irregularidades. Em troca, receberia propina, como uma viagem à Disney. O chefe do Departamento de Supervisão Bancária do BC, Belline Santana, seria outro subornado. Após deixar a diretoria, Souza foi para a repartição de Santana, era seu adjunto. Por ordem do STF, ambos estão com torçãozeleira eletrônica desde 4 de março e foram afastados das funções no BC. Adendo: apesar das evidências, há uma campanha na mídia para eximir Campos Neto de responsabilidade.

Dado o empurrão do presidente do Banco Central à época, não surpreende Vercaro ter se engajado financeiramente na reeleição de Bolsonaro. Em 10 de outubro de 2022, início do segundo turno, o capitão recebeu no Palácio da Alvorada líderes e *influencers* religiosos. O objetivo era montar uma guerra santa contra Lula. Naquele dia, o cunhado de Vercaro doou 3 milhões de reais à campanha do capitão. Fabiano Zettel, o mecenas, é pastor da Igreja Batista da Lagoinha, em cujo canal de tevê Vercaro foi apresentador e cantor gospel. A denominação fica em Minas Gerais. Seu líder é o pastor André Valadão. Este voou a Brasília no dia da trama evangélica no Alvorada. Estava em um jatinho



O governador Ibaneis Rocha tem batom na cueca, mas anda relegado a segundo plano

pertencente a uma empresa que tinha Vercaro como sócio, a Prime You. Levava de carona um vereador mineiro que havia acabado de se eleger o deputado mais votado do País: Nikolas Ferreira, do PL. Na semana seguinte, Ferreira decolaria em um jatinho ligado a Vercaro para uma caravana no Nordeste em prol de Bolsonaro.

A menos que essa turma tenha uma boa explicação, as viagens nas asas de Vercaro configuram gastos de campanha de Bolsonaro e não foram declaradas à Justiça Eleitoral. Seus protagonistas podem ser processados por crime eleitoral. Uma das punições possíveis seria a expulsão da vida pública por oito anos. PT

SÓSTENES CAVALCANTE COMENTOU COM INTERLOCUTORES DE UM ACORDO COM MENDONÇA PARA MIRAR EM LULA

e PSOL foram a duas jurisdições diferentes com pedidos de abertura de processo.

Além dos dois servidores do BC suspeitos de corrupção, quem meteu a mão na massa pelo Master foi o governo do Distrito Federal. Na Câmara dos Deputados, há desde fevereiro um pedido de CPI semelhante àquele de Rogério Carvalho, com foco na atuação do banco estatal de Brasília. O BRB comprou 12 bilhões de reais em carteira de crédito fajuta do Master em 2024 e 2025, depois tentou adquirir metade da instituição, a fim de encobrir o trambique, segundo investigadores. Os negócios entre o BRB e o Master garantem ao escândalo a condição de maior fraude bancária da história nacional. A situação do governador do Distrito Federal, o bolsonarista Ibaneis Rocha, do MDB, é delicada. Não à toa, Rocha contratou um dos advogados mais experientes e caros de Brasília, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay.

Em 2024, quando a situação do Master ficou crítica, o fundo Reag, que, diz a PF, era usado por Vercaro em negócios escusos, aportou 38 milhões de reais no escritório de advocacia do governador, embora Rocha diga que quem toma conta da banca é o filho. Ao depor à PF em dezembro, o banqueiro contou ter se reunido com o emedebista para tratar da aquisição de parte do Master pelo BRB, anunciada nove meses antes. No celular de Vercaro, a PF encontrou mensagens de agosto nas quais ele dizia à namorada que estava com “o governador” a traçar uma “estratégia de guerra”. Por aqueles dias, uma ala do Congresso, liderada pelo PP da vice-governadora do Distrito Federal, Celine Leão, ameaçava aprovar uma lei para acabar com a autonomia do BC, caso a autoridade monetária barrasse a transação entre BRB e Master. Em vão: no início de setembro, o BC proibiu. Agora, a instituição financeira distrital busca formas de tapar o rombo bilionário deixado pelos negócios com o Master. Rocha topa sacrificar bens públicos de Brasília, conforme lei proposta por ele e recém-sancionada. ➤

MARJORIE MARONA

Professora do Departamento de Estudos Políticos da UNIRIO. É coautora de *A Política no Banco dos Réus: a Operação Lava Jato e a Erosão da Democracia no Brasil*



A armadilha da moralização

► **Quando o debate público se organiza exclusivamente em torno do escândalo moral, ele perde de vista o problema estrutural**

O escândalo do Banco Master, deflagrado em novembro de 2015 com a prisão de Daniel Vercaro e a liquidação extrajudicial da instituição pelo Banco Central, rapidamente chegou ao Supremo Tribunal Federal em meio a grande repercussão pública. Quatro meses depois, o banqueiro voltou a ser preso, enquanto o inquérito passou à relatoria de um segundo ministro. O atual relator, André Mendonça, autorizou a quebra de sigilo bancário de mais de uma centena de pessoas físicas e jurídicas. As estimativas indicam que o custo para o Fundo Garantidor de Créditos ultrapassa 50 bilhões de reais, o maior já registrado.

O escândalo é real. Suas dimensões, impressionantes. Mas há uma armadilha que vale nomear. Como costuma ocorrer em momentos de alta visibilidade, o debate público tem sido dominado pela lógica da denúncia moral. Personagens, conexões suspeitas e relações pessoais ocupam o centro da cena. As perguntas giram em torno da culpa individual, proximidade indevida, escândalo político. São perguntas legítimas, mas insuficientes.

O que quase não aparece na discussão é algo mais estrutural. Quais fragilidades institucionais tornam possíveis (e relativamente frequentes) episódios como esse? O colapso do Master revelou uma combinação conhecida no Brasil: supervisão financeira tardia, intermediação opaca de interesses no Estado e relações pouco

transparentes entre elites econômicas e atores políticos. As investigações apontam para uma rede de fraudes financeiras, operações suspeitas e indícios de corrupção e lavagem de dinheiro em um banco que multiplicou sua carteira de crédito de 1,4 bilhão para cerca de 40 bilhões de reais em apenas cinco anos.

Quando o debate público se organiza exclusivamente em torno do escândalo moral, ele perde de vista o problema estrutural. E isso tem consequências.

A experiência recente do País oferece um alerta preciso. Durante a Lava Jato, o ambiente político foi progressivamente dominado por um discurso de corrupção e regeneração, a crença de que a política poderia ser purificada e de que o Judiciário seria o agente da transformação. A tese gerou apoio social imediato a decisões duras, mas produziu um ambiente institucional comprimido. Qualquer questionamento às investigações era lido como cumplicidade com a corrupção. Quando esse clima se dissipou, tornou-se possível revisar os abusos e excessos do período.

O paradoxo é frequentemente ignorado. Quanto mais moralizado o ambiente, mais frágeis tendem a ser os resultados jurídicos produzidos. Decisões tomadas sob pressão moral intensa carregam um passivo oculto. Quando o custo institucional de sustentá-las se eleva, a tendência é a busca por reequilíbrio. E esse movimento, legítimo em sua origem, pode resultar na anulação em série de processos e condenações, nem sempre com a precisão cirúrgica que o caso exigiria. O risco não é apenas jurídico. É político.

Versões de corrupção generalizada costumam produzir algo além da responsabilização de culpados, alimentam a deslegitimação difusa do sistema político. Não apenas os responsáveis são pu-

nidos, mas o próprio funcionamento da política democrática passa a ser visto como intrinsecamente corrupto. E quando o sistema inteiro fica sob suspeita, abre-se espaço para disputas que podem enfraquecer as próprias investigações.

O caso Master surge em um contexto ainda mais delicado. As suspeitas de que Vercaro trocou mensagens com ministros do STF acrescentam uma camada de complexidade institucional além do escândalo financeiro. Mas se o debate se limitar à lógica do escândalo, corre o risco de repetir erros conhecidos.

O que o País precisaria discutir, com mais seriedade, são as reformas institucionais que tornariam a repetição desse tipo de episódio menos provável. Maior transparência na intermediação de interesses privados no Estado. Regulação efetiva do lobby. Mecanismos robustos de prevenção de conflitos de interesse no sistema financeiro e judicial. Supervisão mais ágil do Banco Central diante de sinais de risco sistêmico. Essas reformas são menos espetaculares do que prisões e escândalos, mas têm uma vantagem decisiva: produzem resultados mais duradouros.

Democracias não se fortalecem apenas por meio da punição de culpados. Fortalecem-se quando constroem regras que tornam a repetição dos mesmos erros cada vez menos provável. E, nesse sentido, o caso Master deveria ser menos um drama moral e mais um teste institucional.

O Brasil tem hoje uma chance rara. Uma investigação em curso, instituições funcionando e uma crise financeira cujas engrenagens estão expostas. A questão é se conseguiremos aproveitar esse momento para além do escândalo. Ou se, como tantas outras vezes, deixaremos o espetáculo consumir o debate que realmente importa. •

redacao@cartacapital.com.br

CAPA

► Em sua defesa, tem dito que agiu por recomendação do antigo presidente do banco estatal, Paulo Henrique Costa.

“O Ibaneis está metido até o pescoço no escândalo”, afirma o deputado Rodrigo Rollemberg, do PSB, ex-governador do Distrito Federal. É ele o proponente da CPI protocolada em fevereiro na Câmara. Embora não haja comissão de inquérito a funcionar entre os deputados, o presidente da Casa, Hugo Motta, até hoje não decidiu sobre o requerimento. Pelas regras internas, podem coexistir até cinco CPIs ao mesmo tempo. Rollemberg recorreu ao Supremo com um mandado de segurança para obrigar Motta a se pronunciar. Em 2021, o tribunal mandou o Senado instalar uma CPI da Covid, mesmo diante do silêncio do então presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, sob o argumento de que as cúpulas da Câmara e do Senado não podem filtrar a criação de comissões de inquérito. Se um pedido cumprir os requisitos formais, que haja a CPI. Nem Motta, na Câmara, nem Davi Alcolumbre, no Senado, querem mexer no vespeiro do Master.

Num sinal de que o algoritmo dos sorteios eletrônicos de processos no Supremo é um debochado, o mandado de Rollemberg foi parar no gabinete de Toffoli. E este abriu mão de cuidar do caso. Alegou suspeição por razões de foro íntimo. Graças ao Código de Processo Civil, juízes podem declarar-se suspeitos por foro íntimo sem dar explicações. Quando Toffoli deixou os inquéritos do Master, ele e os colegas de STF assinaram uma nota pública. O texto dizia que os integrantes da Corte rejeitavam a suspeição de Toffoli invocada pela PF. E ressaltava: “Reconhecem, assim, a plena validade dos atos praticados pelo Ministro Dias Toffoli” à frente dos processos. Era uma vacina contra a eventual tentativa dos advogados de Vercaro de anular provas com base na alegação de suspeição do relator. E agora? Esses advogados usarão



O presidente da Câmara, Hugo Motta, tem segurado a instalação de CPIs

o episódio do mandado em uma tentativa dessas? Seria curioso: desconfia-se de que Toffoli seria parcial justamente a favor do ex-banco. Cristiano Zanin, sorteado como novo relator, negou na quinta-feira 12 o mandado de segurança impetrado por Rollemberg.

Os inquéritos sobre o Master correm no STF aos cuidados de André Mendonça, um juiz que também pode ser visto com desconfiança. Indicado à Corte por Bolsonaro, ele é “terrivelmente evangélico”, como dizia o capitão, um magistrado “ideológico”, na definição de um colega. Vercaro é evangélico, seu cunhado Zettel também (era, inclusive, pastor da Igreja da Lagoinha até estourar o escândalo, em novembro). Um dos melhores amigos de Men-

donça em Brasília é o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante, outro evangélico do enredo. Dias antes do estouro do escândalo, Cavalcante comentou com um interlocutor que a CPI do INSS iria para cima da família de Lula e que estava tudo combinado com Mendonça, igualmente relator do inquérito sobre as fraudes previdenciárias. Coincidência o juiz ter determinado a quebra dos sigilos de Lulinha?

Em outubro, Mendonça nomeou como assessor um delegado federal de sua confiança. Thiago Marcantonio Ferreira havia exercido o mesmo papel quando Mendonça era ministro da Justiça de Bolsonaro. Segundo um colega de PF, Marcantonio é conservador, como a maioria dos policiais, embora não chegue a ser bolsonarista. Por ter ocupado altos cargos no tempo do capitão, possuía informações valiosas no início do governo Lula. O atual chefe da PF, Andrei Rodrigues, teria tentado fazer um acordo com ele: um bom posto na corporação em troca de informações sobre a era Bolsonaro. Marcantonio não topou e foi escanteado. Resultado: enxerga Rodrigues como desafeto.

Marcantonio é experiente, está na polícia há duas décadas. É capaz de levantar informações para Mendonça a respeito dos rumos das investigações do caso Master e do INSS, dar dicas ao juiz sobre o que há ou não nos inquéritos, quem está encenado ou não. Na primeira decisão como relator, Mendonça enviou dois resumos à PF e a Rodrigues. Nenhum inquérito novo decorrente das apurações em curso deve ser aberto sem autorização prévia do Supremo. E nada que for descoberto pode ser levado ao conhecimento de ninguém que não seja participante das investigações, nem mesmo “superiores hierárquicos e outras autoridades públicas”. Recorde-se: Rodrigues entregou um relatório de 200 páginas a Fachin com achados do inquérito do Master sobre Toffoli e, com base na papelada, requereu a suspeição do juiz.

Há muitos fios desencapados no curto-circuito em Brasília. •

**AS DIGITAIS
BOLSONARISTAS
ESTÃO POR TODA
PARTE NO
ESCÂNDALO DO
BANCO MASTER**

PEDRO SERRANO

Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)



Os fins e os meios

► As quebras de sigilo não podem servir de pretexto para a destruição de imagem

É interessante observar como a sociedade do espetáculo evidencia uma de suas facetas mais perversas em episódios de extrema complexidade e que exigem rigor legal e ético em sua condução. A espetacularização tem dado as caras ao longo das investigações do caso Master, marcadas pelo vazamento de informações sigilosas, de forma criminosa, por agentes públicos.

Embora André Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal, tenha reduzido o nível de sigilo para as análises da Polícia Federal de dispositivos eletrônicos apreendidos na operação, precisamos nos atentar para os limites ultrapassados na divulgação de dados, que chega a adentrar perigosamente os territórios da ilicitude. Faz-se necessário lembrar que o sigilo, em um inquérito, protege dois tipos de interesse e direito simultaneamente.

O primeiro deles é o da própria investigação, uma vez que, quando se trata de averiguações relativas a organizações criminosas, como se dá no contexto do Master, as buscas nunca são eficientes se tornadas públicas. O sigilo é um elemento fundamental para que a investigação seja bem-sucedida. O vazamento de informações permite que réus e investigados se preparem para as apurações em curso, tomando medidas que eventualmente lhes sirvam de blindagem, em desfavor do inquérito. Esse problema se acentua quando os investigados têm poder político e eco-

nômico e podem lançar mão de influência como artimanha de autoproteção. Assim, a divulgação de informações sigilosas, especialmente se realizada de forma seletiva, só favorece os criminosos e o espetáculo, não o interesse público.

Tal mecanismo se torna ainda mais grave quando se considera a possibilidade de o vazamento ser feito de maneira deliberada justamente para proteger quem está sob investigação. Reportagem recente do jornal *O Globo* afirma que, quatro meses antes de ser alvo de uma ordem de prisão expedida pela Justiça Federal de Brasília, o dono do Banco Master, Daniel Vercaro, teve acesso a três procedimentos que tramitavam sob sigilo no Ministério Público Federal – um deles justamente apurava irregularidades na compra do Master pelo BRB –, possíveis detonadores de sua prisão em novembro de 2025. Um vazamento dessa monta, feito com a finalidade direta de informar o investigado, precisa ser devidamente apurado.

O segundo ponto fundamental dessa discussão diz respeito ao direito de preservação da intimidade dos cidadãos, mesmo quando esbarram em investigações. A finalidade da investigação é apurar um crime, não destruir a imagem de alguém. Claro que divulgar o cometimento de um delito faz parte do interesse público, divulgação essa a ser realizada no momento certo e adequado, em geral ao término do processo. A diversidade de informações coletadas durante as apurações é, no entanto, vasta e invariavelmente envolve conteúdos que nada acrescentam à elucidação dos fatos investigados. Levar a público recortes de vida privada que não tenham ligação direta com os crimes em questão consiste em práti-

ca ilícita de vulneração de intimidades.

O Estado não pode divulgar informações privadas obtidas ocasionalmente em razão da investigação, como aconteceu também no caso do banqueiro, que teve mensagens com sua ex-namorada divulgadas com alarde pela mídia. Conversas de cunho íntimo do casal, cujo teor nada agrega ao objetivo que motivou a busca de dados, caíram em domínio público, ocasionando evidente prejuízo à imagem da modelo e influenciadora Martha Graeff, que cogita ir à Justiça contra a exposição.

Há uma junção de despudor e perversão da sociedade ao explorar publicamente a intimidade de mulheres. A autoridade pública, ao vazar esse tipo de informação, comete ato ilícito. Por sua vez, um jornalista que porventura receba tal conteúdo tem o direito legal de publicá-lo, podendo inclusive preservar sua fonte, garantia dada pela Constituição brasileira. Cabe, a meu ver, a esse profissional da comunicação, nessas situações, acionar um filtro de natureza ética, para evitar que determinada divulgação se preste apenas ao exercício da espetacularização perversa.

Ceder, nessas circunstâncias, à tentação do sensacionalismo é desrespeitar direitos fundamentais e humanos e atentar contra os princípios democráticos que os prezam. Corretamente, o ministro Mendonça determinou a abertura de investigação sobre o cometimento de crimes de agentes públicos que vazaram informações sigilosas no caso Master. Esperamos que haja rigor na apuração e que os responsáveis pelos vazamentos sejam adequadamente punidos, tanto no campo administrativo quanto no criminal. •

redacao@cartacapital.com.br

Lava Jato, parte II

A FALTA QUE FAZ UMA JUSTIÇA
DE TRANSIÇÃO

por LUIS NASSIF

A Justiça de transição é o conjunto de mecanismos jurídicos, políticos e institucionais usados por um país que está saindo de um período de autoritarismo, guerra ou violência sistemática para enfrentar violações graves de direitos humanos e reconstruir instituições democráticas.

É a forma como uma sociedade tenta lidar com crimes do passado para poder construir um futuro institucional legítimo.

É composta de quatro pilares:

- Direito à verdade;
- Responsabilização judicial;
- Reparação às vítimas;
- Reformas institucionais.

O Brasil atravessou dois períodos de exceção.

O primeiro, a ditadura de 1964 a 1985. Houve uma Comissão da Verdade e uma Comissão de Mortos e Desaparecidos. Levantou-se parte do véu que encobria os crimes do regime, mas o direito à verdade foi barrado pela proibição de acesso aos arquivos militares. Houve

raríssimas responsabilizações judiciais e pouca reparação às vítimas. E até hoje o Supremo Tribunal Federal recusa-se a validar a penalização de torturadores e sequestradores.

Criou-se o precedente da impunidade.

A Lava Jato

Processo similar ocorreu com a Lava Jato, em tudo semelhante ao período militar. Prisões arbitrárias, torturas psicológicas, como ameaças a familiares, preparação prévia do conteúdo das delações.

Na linha de frente, as corporações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal reforçando os abusos

**COM OS
VAZAMENTOS,
A MÍDIA ADOTA
O MESMO
ANTIJORNALISMO
CONSGRADO UMA
DÉCADA ATRÁS**

da força-tarefa de Curitiba e emulando as arbitrariedades em vários cantos do País. Endossando todos os abusos, uma mídia ecoando diariamente os *releases* da Lava Jato e atacando quem ousasse criticar a operação. Do ponto de vista jornalístico, ousar dizer que o comportamento da mídia, nessa etapa, foi pior do que na ditadura.

Não houve justiça de transição para a Lava Jato. O corporativismo poupou delegados da PF e procuradores da República. Não se investigaram as manipulações ocorridas nos tribunais e as suspeitas de chantagem contra desembargadores.

O resultado aparece, agora, na Lava Jato II.

Os preparativos eram óbvios desde o primeiro momento.

1. Mal começaram as perícias dos telefones de Daniel Vercaro, apareceram os primeiros vazamentos produzidos pela força-tarefa da Polícia Federal;

2. O caso foi levado para o Supremo Tribunal Federal e entregue ao ministro José Dias Toffoli;

3. Toffoli trouxe as investigações para o Supremo e indicou peritos sérios da PF para os trabalhos;

4. Imediatamente começou uma campanha virulenta contra ele. Primeiro, tentando apontá-lo como um juiz disposto a boicotar a operação, o que não era verdade. Depois, enveredando por seus negócios particulares, que careciam, de fato, de esclarecimentos maiores. Mas alcançaram seu objetivo: retirá-lo da relatoria;

5. Quem assume é o ministro André Mendonça, não apenas indicado por Bolsonaro, como bolsonarista de carteirinha. E aí a Lava Jato II ganha impulso.

A primeira medida de Mendonça foi autorizar a quebra do sigilo bancário e fiscal de Fábio Luiz da Silva, o Lulinha. Trata-se de flagrante ilegalidade, pois o nome de Lulinha aparecia na questão INSS, por alguns contatos com o tal carteira do INSS, não do Master.

Como a operação estava sob



escrutínio, com suspeitas de vazamento, enviou o inquérito para a CPMI do INSS. Reproduziu-se o mesmo ambiente da Lava Jato: várias fontes passíveis de vazamento, impedindo a identificação dos responsáveis.

O jornalismo de esgoto

Com os vazamentos assegurados, a mídia toma posição e passa a reproduzir o mesmo antijornalismo do período da Lava Jato. De um lado, focando a cobertura em personagens selecionados, deixando em terceiro plano os aliados responsáveis pelo escândalo: políticos do Centrão, instituições financeiras que participaram da esbórnica, autoridades do governo Bolsonaro que permitiram o avanço do Master.

De outro, tratando de escandalizar qualquer tipo de informação.

Por exemplo, vazou-se a informação de que Lulinha movimentou 19 milhões de reais em um período de quatro anos. Uma apuração honesta trataria de conferir:

1. Movimentações indicam entrada e saída de recursos. Portanto, há uma dupla contagem;

2. No Banco do Brasil, dinheiro parado recebe remuneração diária. Como é contabilizada essa remuneração? Na campanha

Mendonça, bolsonarista de carteirinha, tem dado impulso à sanha. Flávio, o candidato suspeito, é poupado do escrutínio



contra Fernando Collor anunciou-se que sua secretária movimentava uma conta milionária. Tratava-se apenas de uma conta corrente normal, cujo dinheiro era reaplicado diariamente, na modalidade de conta corrente remunerada. Se o filho do presidente tira dinheiro de uma aplicação e coloca em outra, há uma contagem dupla de movimentação. Não inte-

ressava aos jornais aprofundar a análise;

3. Nada disso foi considerado. *O Globo*, *Estadão* e *Folha* limitaram-se a reproduzir a manchete sobre os 19 milhões de movimentação, indicando claramente a reedição da ação sincronizada, da Lava Jato I.

Com esses movimentos, conseguiram jogar para terceiro plano os verdadeiros responsáveis por essa esbórnica: mercado financeiro, políticos e governadores do Centrão e crime organizado.

O candidato suspeito

Todo esse esforço tem por objetivo viabilizar a candidatura de Flávio Bolsonaro, cujo perfil político e empresarial é dos mais comprometidos da política nacional:

É acusado de enriquecimento ilícito;

Comprou uma casa em Brasília, claramente subavaliada;

Divulgou ganhos com uma loja de chocolates, em valores incompatíveis com o tamanho do empreendimento;

Empregou mãe e esposa de Adriano da Nóbrega, chefe do Escritório do Crime do Rio de Janeiro e assassinado na Bahia, em um caso nítido de queima de arquivo.

Daqui até as eleições, a figura central será André Mendonça.

Uma de suas primeiras atitudes foi proibir que as informações do inquérito fossem acessadas pelo delegado-geral da PF. Ao lado da quebra do sigilo de Fábio Luiz, não poderia haver indicação mais clara da sua parcialidade.

Muda-se, igualmente, a relação de forças no STF. Depois do 8 de Janeiro, criou-se uma frente pró-democracia formada por Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Luiz Edson Fachin, Cármen Lúcia e Flávio Dino.

Fachin e Cármen Lúcia sempre se curvaram aos ventos soprados pela mídia. Em pouco tempo, provavelmente vão aderir e endossar todas as arbitrariedades da Lava Jato II.

Este ano definirá o futuro do País, se a reconstrução institucional, lenta e custosa, ou o desmanche de qualquer projeto nacional. •

Mais do mesmo

OS VAZAMENTOS REABREM
A LÓGICA LAVA-JATISTA E TENSIONAM
O CENÁRIO ELEITORAL

por LEONARDO AVRITZER
E RÔMULO PAES DE SOUSA*

O sintensos vazamentos referentes aos escândalos do Banco Mestre e do INSS têm produzido notícias capazes de modificar a conjuntura política do País. Em 4 de março, foi divulgado pelo site Metrôpoles o sigilo bancário do filho do presidente Lula, solicitado pela CPMI do INSS. No dia seguinte, também saíram no mesmo Metrôpoles e no jornal *O Globo* o registro de supostas trocas de mensagens entre o ministro Alexandre de Moraes e o banqueiro Daniel Vercaro.

Os dois casos sugerem uma dinâmica recorrente que dominou a cena política durante a Operação Lava Jato. Uma relação direta entre a Polícia Federal e integrantes da CPI com certos jornalistas. Nos dois casos mencionados, inaugura-se uma lógica de vazamentos reservados para repórteres selecionados, que escolhem os alvos da execração pública. Como é sabido, alguns desses jornalistas tiveram papel destacado durante a Lava Jato e ficaram conhecidos como por-

ta-vozes de grupos próximos ao juiz Sérgio Moro, de quem recebiam o que a República de Curitiba estava interessada em pautar. Nenhuma notícia sobre as relações próximas e ilegais entre o ex-magistrado e o Ministério Público ou quanto às formas de chantagem abertas que poderiam ter se constituído em furos espetaculares fez parte da cobertura da operação. A pergunta que volta a nos assombrar é se essa mesma dinâmica está de volta à política brasileira, em um ano eleitoral.

Ao analisar a lógica dos vazamentos, devemos perceber que ela distorce dois elementos centrais da política. Em primeiro lugar, em vez de ocorrer uma investigação baseada em evidências, o que se bus-

FORMA-SE, OUTRA VEZ, O CALDO DE CULTURA PARA CANDIDATURAS OUTSIDERS

ca é tentar convencer a opinião pública da culpa de certos integrantes do sistema político baseada apenas no conteúdo seletivamente publicizado. Muitas vezes, os fatos relatados não são verdadeiros ou não nos permitem ir além de uma suspeita, como foi, por exemplo, a conspiração para a fuga de Nestor Cerveró do Brasil que levou à prisão de um senador e nunca veio a ser comprovada. Em segundo lugar, os vazamentos provocam o chamado *fishing*. No episódio do vazamento dos dados bancários do filho do presidente Lula, ficou claro que ele não teria recebido depósitos de Roberta Luchsinger. Contudo, nenhuma linha foi escrita sobre o que teria motivado a quebra do sigilo. As editoriais não parecem se importar com a ilegalidade da contínua exposição das movimentações bancárias de Fábio Luís da Silva, que produzem forte repercussão política.

A mesma coisa pode ser dita em relação aos vazamentos de mensagens atribuídas



ao ministro Alexandre de Moraes. O formato dos arquivos referentes às trocas de mensagens entre o réu e o ministro entregues à CPI é diferente do obtido pela jornalista do *Globo*, indicando a Polícia Federal como a possível fonte e permitindo a hipótese de que o réu teria deixado de propósito “pistas” que apontassem para algumas autoridades da República. Evidentemente, não é possível negar *a priori* o não envolvimento do ministro, mas tampouco é possível afirmar de *prima facie* o contrário com base em mensagens cujas emissão do celular de Vercaro e recepção pelo celular do ministro não estão comprovadas. Da mesma forma, não se sabe qual teriam sido as eventuais respostas da magistratura a essas mensagens.

Especula-se que tais mensagens foram enviadas a mais de um contato, entre eles o presidente do União Brasil, Antônio Rueda, o senador Irajá Abreu, a advogada Viviane Moraes e outros políticos, que negam ter recebido tais mensagens. Assim, é possível perceber um padrão de direcionamento de suspeitas contra determinadas figuras por parte da PF e da

mídia, que passam a ser consideradas culpadas antes mesmo de ser investigadas. Em relação aos vazamentos no curso das investigações, não sabemos por qual tipo de relação direta isso se estabelece pela imprensa e jornalistas.

Temos uma reorientação da conjuntura política na direção de uma percepção de que todos estão envolvidos com a corrupção. Cria-se, desse modo, um caldo de cultura favorável a candidatura de *outsiders* do sistema político. Assim como no tempo da Lava Jato, há uma imprevisibilidade muito grande no cenário político, tanto pelo conteúdo das mensagens vazadas quanto pelo tratamento dado pela mídia ao que vier a ser fornecido por seus informantes. Contudo, interessa ao Centrão, que controla as duas casas legislativas e cujas bombas deixadas por Vercaro repousam no seu colo, que o escândalo não beneficie politicamente ninguém. Interessa ao mercado que a incerteza provocada pelo Banco Master e a cadeia de empresas a ele vinculadas pare de atrapalhar os negócios. Interessa aos bolsonaristas que a lista de candidatos financiados dire-

ta e indiretamente pelo banqueiro e seus operadores não seja revelada.

Ainda que o *modus operandi* do caso Master seja o mesmo da Lava Jato, o escândalo produzido pela psicopatia de Vercaro é muito diferente daquela produzida pelos seus equivalentes de Curitiba em dois aspectos: temos uma maioria no STF mais atenta às manipulações entre policiais e jornalistas e temos uma PF um pouco mais profissionalizada. Mesmo assim, surpreende aos observadores políticos que a própria corporação ainda não tenha tomado medidas para conter os vazamentos que prejudicam a sua imagem e reputação.

Os episódios recentes indicam que a política brasileira volta a conviver com uma lógica de vazamentos seletivos que desloca o centro do debate público das evidências para a construção de narrativas. Quando informações parciais, muitas vezes não verificadas, são tornadas públicas em meio a investigações em curso, cria-se um ambiente de suspeição generalizada que fragiliza instituições, distorce o devido processo legal e contamina o debate eleitoral. Ainda que o contexto institucional atual apresente alguns freios inexistentes no auge da Lava Jato, a persistência dessa dinâmica revela o risco de que disputas políticas e interesses corporativos passem a operar por meio da exposição pública seletiva, produzindo instabilidade e incerteza justamente em um momento sensível da vida democrática do País. O desafio que se coloca, portanto, é garantir que investigações ocorram no limite da institucionalidade dos órgãos envolvidos e com transparência, sem que vazamentos e espetacularização substituam o trabalho efetivo de apuração dos fatos. •

**Leonardo Avritzer é cientista político e professor aposentado da UFMG; Rômulo Paes de Sousa é pesquisador da Fiocruz e presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva.*



Falsa solução

SEGURANÇA Cai o número de menores de 18 anos presos, mas a proposta de redução da maioridade volta à baila

POR FABÍOLA MENDONÇA

Neste exato momento, mais de 12 mil adolescentes brasileiros cumprem alguma medida socioeducativa em regime fechado. Em bom português: estão presos por crimes que cometeram. Outros milhares, entre 12 e 18 anos, estão em internação provisória, em semiliberdade, liberdade assistida ou obrigados a prestar serviço à comunidade, a depender do tipo da infração. Os dados constam do anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, referentes ao ano de 2024. Os números mostram que, ao contrário do senso comum, a legislação é rígida no combate à criminalidade juvenil e os acusados não escapam de cumprir as medidas desde cedo.

A despeito dos indicadores, viceja a impressão, um fenômeno, diga-se, que ultrapassa as fronteiras do Brasil, de que adolescentes e jovens infratores são protegidos pela Justiça. A indignação aumenta quando vêm à tona episódios de grande repercussão a envolver menores de idade, casos do estupro coletivo no Rio de Janeiro ou a morte cruel contra o cão Orelha em Santa Catarina. Em meio à exasperação pública, os punitivistas aproveitam a oportunidade para defender a necessidade de redução da maioridade penal. Uma ideia mais classista do que legalista, dado o fato de que a maioria dos adolescentes

em regime fechado é de pobres, avalia Valéria Nepomuceno, coordenadora do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensões no Campo da Política da Criança e do Adolescente da Universidade Federal de Pernambuco. “O perfil daqueles em privação de liberdade nunca mudou. São sempre meninos e meninas de famílias pobres da classe trabalhadora, negros e moradores de comunidades periféricas, uma população de pouco interesse para os mais abastados”, afirma Nepomuceno. “Onde estão os meninos ricos envolvidos com o crime no ambiente digital? Não estão nas unidades de internamento. São brancos, têm uma classe social diferenciada.”

Segundo o advogado Ariel de Castro, da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB e ex-presidente do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda), a tentativa de reduzir a maioridade penal nasce no mesmo momento da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, há 35 anos, e sempre re-

Os jovens continuam a ser as principais vítimas, não os algozes, da violência



torna aos holofotes em anos eleitorais. “A população desconhece a legislação e acredita, equivocadamente, que o adolescente não tem nenhum tipo de punição. Isso é uma utilização oportunista e demagógica em torno desse tema, como se a redução da maioridade penal resolvesse todos os problemas de segurança pública e de criminalidade no Brasil.”

Pelas regras jurídicas atuais, jovens menores que cometem atos infracionais são regidos pelo ECA e pela própria Constituição e recebem punições variadas. A diferença em relação ao sistema prisional dos adultos é que a legislação retira o direito de ir e vir por até três anos nos casos mais graves, mas garante os demais direitos do processo de formação, entre eles o acesso à educação, esporte, cultura, profissionalização e saúde. As medidas socioeducativas colhem resultados positivos, como no caso do trabalho desenvolvido na Bahia. Nos últimos anos, ao menos nove jovens assistidos pela Fundação da Criança e Adoles-



Histeria. A morte cruel do cão Orelha atitou os ânimos. A maioria da população desconhece o fato de que menores infratores cumprem pena no País

socioeducativo é uma forma importante e eficaz de responsabilização muito maior do que o sistema prisional dos adultos.”

Regina de Carvalho, coordenadora da Fundac e presidente do Conselho da Criança e do Adolescente baiano, também exalta a eficácia das medidas socioeducativas. “Nossos jovens têm o direito de se desenvolver e construir uma trajetória de vida livre de obstáculos e preconceitos. Não digo que não há reincidência, mas há também resultados extremamente significativos para evitar que esse ódio alimentado contra os pretos e pobres jogue esses meninos na teia da violência. Reduzir a maioridade não vai resolver a questão. Esses adolescentes precisam de políticas públicas adaptativas que permitam a eles construir projetos de vida longe da violência.”

Embora o tempo máximo de internação seja de até três anos, muitos adolescentes, a depender da infração, diz a especialista, são privados de liberdade com 13, 14 anos e, após esse tempo, ainda passam pelo regime de semiliberdade ou continuam com outras medidas socioeducativas, o que mostra que as penas vão além. Segundo dados do Unicef, o índice de reincidência entre os jovens infratores é de 20%, taxa bem menor do que entre os adultos, acima de 40%. Paulo Moraes, chefe de Proteção Contra Violências do Unicef no Brasil, salienta que a grande maioria dos países democráticos mantém a faixa de 18 anos como referência para maioridade penal, em compasso com a recomendação de convenções internacionais e com uma legislação específica para esse público. “Reduzir a maio-



centes (Fundac) tiveram um bom desempenho no Enem e ingressaram em cursos universitários, enquanto outros participaram de inúmeras etapas da Olimpíada Brasileira de Matemática. “É a confirmação de que o investimento de qualidade na capacitação profissional e no aperfeiçoamen-

to dos espaços físicos pode dar grandes resultados em termos de enfrentamento à violência e à criminalidade”, celebra Felipe Freitas, secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia. “Os adolescentes precisam ser tratados com política pública, não como casos de polícia. O sistema

ridade penal é tirar desses jovens o direito de responder perante uma justiça própria, pensada para eles. Os adolescentes não podem responder como adultos porque estão em outro momento da vida. Falo de uma justiça que vai olhar para a responsabilização, mas com ações educacionais eficazes para a recuperação. Em um presídio de adultos, eles estarão muito mais vulneráveis para ser aliciados por uma facção ou sofrer outras violências”, diz Moraes. Vários países, ressalta, reduziram a maioria penal, mas voltaram atrás, como a Dinamarca. No caminho inverso, no fim de fevereiro, a Argentina reduziu a maioria de 16 para 14 anos.

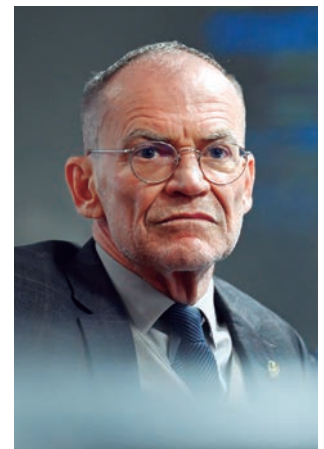
A série histórica do *Anuário da Violência 2025* mostra uma queda no número de detenções em regime fechado no Brasil, cujo ápice se deu em 2015, quando chegou a ter 26.858 internos (*gráfico à página 25*). A redução, segundo os especialistas, não tem uma única causa, é multifatorial, mas umas das hipóteses levantadas tem relação com a escalada de violência que atinge a juventude. Dois anos atrás, 900 brasileiros com idade entre 12 e 18 anos foram vítimas de mortes violentas inten-

Contarato, senador petista, apresentou um projeto para ampliar o tempo de internação

cionais e outros 193 foram assassinados em decorrência de intervenção policial. “Se a gente olha com lupa para quem são essas vítimas, vai perceber que a violência letal revela a persistência do racismo. A população preta continua majoritariamente atingida. Não muda o cenário para quem é negro, jovem e pobre”, avalia Juliana Brandão, pesquisadora sênior do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em meio à comoção nacional, o Congresso voltou a discutir a possibilidade de reduzir a faixa etária penal dos jovens. A proposta chegou a constar no relatório do deputado Mendonça Filho no parecer da PEC da Segurança Pública, aprovada no início deste mês. O tópico foi retirado de última hora do relatório a pedido do presidente da Câmara, Hugo Motta, após ne-

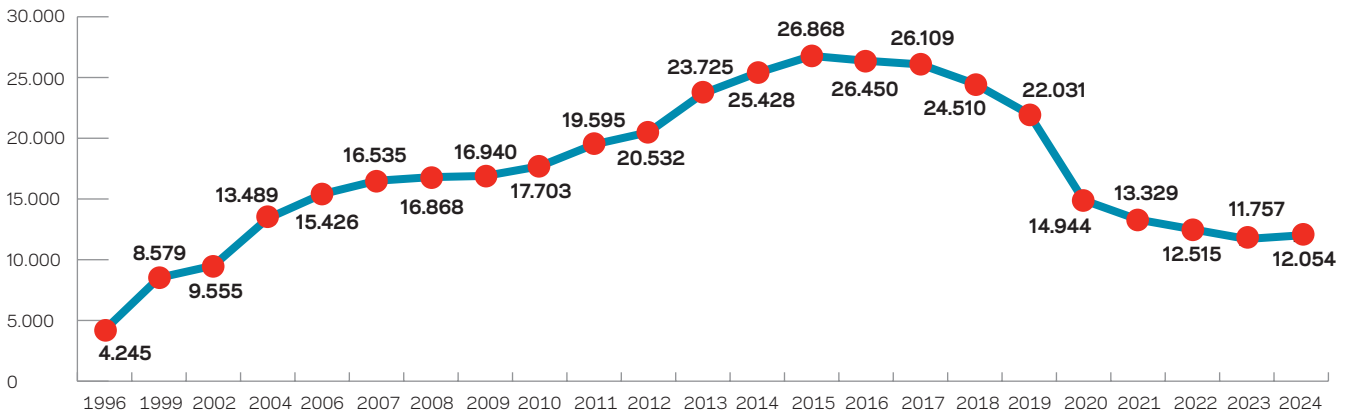
gociação com o Palácio do Planalto. “Em diálogo com os líderes e parlamentares, estabelecemos que será criada uma nova comissão especial para discutir a redução da maioria penal”, comprometeu-se Motta. Vários projetos versam sobre o tema no Parlamento, mas um deles tem ganhado destaque: o PL 1473, do senador petista Fabiano Contarato, que propõe o aumento do tempo de internação para menores infratores, de até dez anos. “Hoje, no Brasil, não importa o ato infracional praticado por alguém com menos de 18 anos de idade. Pode ser estupro, extorsão mediante sequestro, homicídio qualificado ou tráfico de entorpecentes. Ainda assim, cumpre-se, no máximo, o período de internação de três anos. Isso não é razoável. Sabemos que o crime é um fenômeno social e que todos temos interesse na redução desse fenômeno. É necessário, no entanto, que tenhamos um olhar muito mais próximo da realidade”, defende Contarato. Para embasar a proposta, o parlamentar encomendou à consultoria do Senado um levantamento sobre o tempo médio de internação nos países do G20, grupo das maiores economias do planeta. De acordo com os dados, o México adota



Proposta. Contarato sugere a reclusão de até dez anos para menores envolvidos em crimes. E as balas perdidas ceifam vidas de forma prematura

MENOS ENCARCERAMENTO

Evolução do número de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado



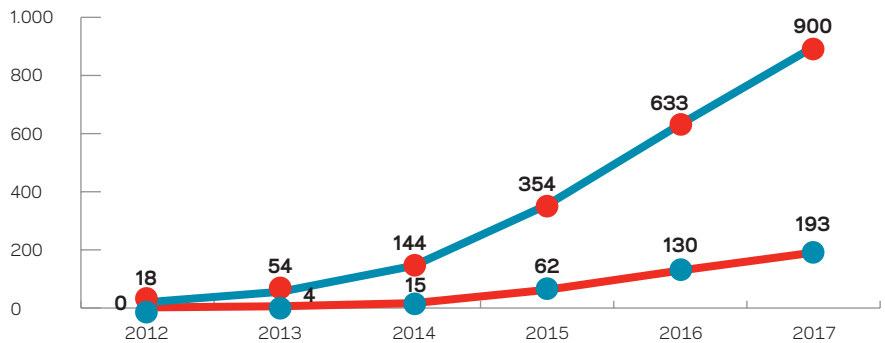
cinco anos, Argentina, Canadá e Alemanha, dez, França e Itália, 20. A Inglaterra não tem prazo definido e a Austrália e os Estados Unidos aplicam pena perpétua.

“A maioria penal aos 18 anos no ordenamento jurídico brasileiro é uma conquista, algo construído ao longo dos anos, que acolhe a doutrina da proteção integral. Propor algo diferente disso é desconsiderar toda essa caminhada e também violentar o próprio princípio do não retrocesso”, opina Brandão. “O tempo de internamento não vai resolver o problema se não pensarmos na qualidade desse internamento. O que vai fazer a diferença é o acesso aos direitos previstos no ECA. A gente tem de fugir dessas armadilhas de uma resposta emblemática, seja para a redução da idade ou o aumento da permanência. O que a gente precisa é discutir a qualidade, não o tempo da internação”, completa Moraes.

Para Castro, os dados estatísticos mostram que a possibilidade de reduzir a criminalidade entre os adolescentes em um sistema prisional de adultos é inócua. “Os presídios são verdadeiros barris de pólvora, autogeridos pelas facções criminosas. É muito diferente das unidades de internação, que contam com es-

PRINCIPAIS ALVOS

Adolescentes vítimas de MDIP e MVI, por idade da vítima



Fonte: Anuário da Violência 2025/Fórum Brasileiro de Segurança Pública

cola, cursos profissionalizantes, atividades culturais, esportivas, de lazer, uma quantidade grande de profissionais, psicólogos, assistentes sociais. Colocar esses adolescentes num sistema prisional completamente falido, e ainda numa fase de formação da personalidade, só leva a um resultado: eles vão sair de lá muito mais engajados no mundo do crime.”

De acordo com a antropóloga Juliana Melo, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o encarceramento não pode ser encarado como solução para a criminalidade, sobretudo envolvendo menores de idade. “No Brasil, a pri-

vação da liberdade é usada como regra geral, quando deveria ser exceção para casos de violência extrema. Você pegar um menino da periferia de 14 anos e levar para a prisão por que ele estava com uma trouxinha de droga resolve?”, pergunta. “O Brasil tem boas leis, mas a gente as aplica de forma desigual. Seja nas unidades socioeducativas, seja no sistema prisional de adultos, não vai adiantar o punitivismo exacerbado enquanto a gente proteger aqueles de classe média alta, que são os que estão cometendo crimes verdadeiramente monstruosos. Isso não tem nada a ver com idade, é questão de classe social.”

A vingança do Gato

SÃO PAULO Paulo Lima, o “Galo de Luta”, se vê ameaçado por uma vultosa multa cobrada pela prefeitura da capital

POR MARIANA SERAFINI

Caía uma chuva fina e constante quando Paulo Lima chegou à praça onde está localizada a estátua do bandeirante Borba Gato, no bairro de Santo Amaro, na capital paulista, para relembrar um ato político realizado há cinco anos. Conhecido por ser um dos protagonistas do movimento dos Entregadores Antifascistas e do Breque dos Apps, a vida do *motoboy* mudou completamente depois daquele sábado, 21 de julho de 2021, quando dezenas de manifestantes atearam fogo no gigante de pedra, símbolo da colonização paulista. “São Paulo não é formada só pela elite, também tem trabalhadores pobres, negros, indígenas. Se essa estátua é orgulho para uns, pode ser ofensiva para outros. Nós abrimos esse debate”, avalia o ativista, conhecido como Galo de Luta.

A responsabilidade do ato, que danificou parcialmente a estátua, recaiu sobre Galo. Ele passou duas semanas preso e respondeu a um processo criminal, hoje transitado em julgado. Anos mais tarde, a prefeitura de São Paulo acionou a Justiça para submeter o entregador a uma cobrança de 630 mil reais, divididos em 30 mil para limpeza, 100 mil pa-

ra restauro e 500 mil por “danos morais coletivos”. O advogado do ativista, Pedro Teixeira, alega que não foi apresentado um cálculo detalhado dessa cifra. “São valores estimados, mas sem nenhuma prova de que o município gastou esse montante no restauro.”

A dívida, avalia o advogado, representa “uma morte financeira” para Galo, pois o cliente não poderá mais ter contas bancárias e acesso a crédito. Não é tudo. Até agora, o *motoboy* teve o direito à justiça gratuita negado duas vezes. Primeiro, pela juíza Juliana Brescansin Demarchi Molina, da 7ª Vara da Fazenda Pública, em dezembro, e agora pelo desembargador Sidney Romano dos Reis, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A defesa recorreu, e em 3 de março o magistrado determinou a apresentação, em cinco dias úteis, dos extratos bancá-

rios e de cartões de crédito, declaração do Imposto de Renda de 2024 e dos últimos três holerites, sob quebra de sigilo fiscal e bancário. Para o advogado, são informações delicadas e, sem o sigilo, podem dificultar o processo. “A justiça gratuita, nos termos do Código de Processo Civil, da jurisprudência consolidada de todos os tribunais, não demanda comprovação da condição, demanda só uma declaração assinada, juntada aos autos.” Caso permaneça o entendimento jurídico de que o *motoboy* não terá direito à justiça gratuita, ele será obrigado a cobrir as custas do processo, além da condenação financeira.

Como a ação foi aberta às vésperas do período eleitoral de 2024, em 9 de agosto, Galo acredita que o prefeito Ricardo Nunes tinha motivações políticas. “Foi uma manobra oportunista para acenar para a extrema-direita. Se você processa um *motoboy* em 630 mil reais, não espera receber, né?”, ironiza. O advogado acredita que até agora o processo correu de forma a condenar o entregador, mas, se for necessário, a causa será levada ao Supremo Tribunal Federal, garante.

A esposa de Galo, Géssica Barbosa, não participou da manifestação, mas nem por isso saiu ilesa. Ela recorda daquele sábado. Ficou em casa para cuidar da filha do casal, à época com 2 anos. Só no fim do dia viu as notícias sobre o ato, e compartilhou uma postagem de um jornal em suas redes sociais. Isso, e o fato de o *chip* do celular do marido estar registrado no nome dela, foram os argumentos para a articuladora social também ser presa.

Depois de prestar depoimento na delegacia de Santo Amaro, começou uma sequência de humilhações, relembra. “O pior momento foi quando me obrigaram a ficar despida, é uma situação degradante, e eu não tinha feito nada.”

Seria a “morte financeira” do cliente, diz o advogado do entregador

Punição. A prefeitura paulistana cobra 630 mil reais do ativista pelos danos à estátua de Borba Gato durante os protestos em julho de 2021

Ao ser transferida para outra delegacia, onde ficou detida por “dois dias e duas noites”, foi tratada com violência por um carcereiro. “Ele repetia ‘tem que se foder mesmo. Não tenho pena desses vagabundos não’.”

Quando chegou na cela, as outras detentas estavam curiosas para conhecer a mulher que “colocou fogo em um prédio”. “Eu expliquei o motivo do ato contra o Borba Gato, tudo o que ele representa, e as companheiras de cela entenderam e me acolheram.” O juiz e bandeirante Manuel de Borba Gato é reconhecido por ter descoberto ouro em Minas Gerais e comandado diversas expedições, as entradas. No meio do caminho, “explorou, estuprou e assassinou indígenas e negros”, critica Galo. “Essa parte da história também precisa ser lembrada.”

Depois desse episódio, Géssica Barbosa passou a desenvolver um projeto de saúde mental nas periferias. Todos os meses, realiza encontros com as vizinhas da comunidade, na Zona Oeste de São Paulo, para conversar sobre o adoecimento que ela atribui à “negligência e traumas”. Com frequência, visita outras periferias para fazer palestras em escolas e centros comunitários, e participa de atividades com estudantes e professores da Universidade de São Paulo.

A vida do casal ficou, no entanto, mais difícil. Galo foi bloqueado de todos os aplicativos de entrega, e só consegue trabalhar como *motoboy* particular, por indicação de amigos. Com menos demanda, a renda familiar caiu drasticamente, e hoje eles recebem um auxílio mensal de militantes que



organizam uma espécie de “vaquinha online”. A esposa, por sua vez, “faz de tudo um pouco”. Trabalha como cozinheira, costureira, e outros “bicos”. “Eu queria ser o Jay-Z, mas nasci numa rua de lama, num bairro pobre. Como eu ia ser artista? A vida me empurrou para a atividade política”, afirma Galo. Apesar das dificuldades, o *motoboy* conseguiu inserir-se na cena do *rap* paulistano, e com frequência é convidado para participações especiais em shows e até em apresentações dos Racionais MC’s. “O *rap* me trouxe consciência social, a minha realidade fez eu me mobilizar.”

Mesmo com inúmeros convites para ingressar em diferentes partidos, o *motoboy* prefere manter independência. Segundo ele, a organização dos entregadores é autônoma e as demandas surgem de forma espontânea. Além disso, acredita que as agremiações partidárias de esquerda “se perderam no campo institucional e no debate eleitoral”. A luta por direitos é mais complexa, acredita. “O trabalho, lá nos anos 1940, quando surgiu a CLT, era sólido.

O ativista não consegue mais trabalhar para os aplicativos de entrega

Com o neoliberalismo, passou a ser líquido, e hoje estamos na fase do trabalho gasoso”, analisa.

“O debate também é gasoso”, continua. Ou seja, não há uma organização consolidada porque a atividade é instável. “O *motoboy* que está na luta hoje não é o mesmo de amanhã.” Segundo Galo, a consciência social desses trabalhadores é mais profunda do que se imagina, e a ideia de “empreendedorismo” é “uma coisa vinda da academia, pois aqui na base ninguém se acha empreendedor”. A possibilidade de ter flexibilidade nos horários é o principal atrativo para quem se arrisca diariamente sobre duas rodas no trânsito

to da maior cidade da América Latina.

Nesses últimos anos, Lima esteve duas vezes em Londres, na Inglaterra, para organizar os *motoboy*s brasileiros que vivem lá, 80% da categoria no Reino Unido, segundo ele. Passou a estudar o movimento grevista desses trabalhadores em diversos países da Europa, e a fazer articulações na América Latina. Por meio de um coletivo, mantém o *Jornal Correria*, cuja proposta é desenvolver uma espécie de “enquete operária”, inspirada em Karl Marx, para fazer “um raio X do pensamento dos trabalhadores e propor a luta”.

Só a agenda trabalhista não é suficiente para mobilizar os trabalhadores. Por isso, Lima passou a se articular conforme a demanda dos territórios. “Hoje estamos ligados aos indígenas do Pico do Jaraguá, na luta antirracista, na pauta ambiental. São preocupações que também atravessam os entregadores.” A solidariedade é outra característica. “Mesmo que a nossa escala de trabalho seja 7x0, somos solidários à luta pelo fim da escala 6x1. Neste momento também abrimos o debate sobre a violência contra a mulher.”

Para a esposa de Galo, a reação do Poder Público ao ataque contra a estátua tem sido desproporcional. “Valorizam muito mais um homem de pedra do que a vida de um trabalhador. Isso mostra por que é importante se mobilizar.” E completa: “Meu único arrependimento é não ter processado o Estado”.

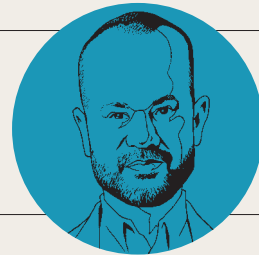
Em nota, a prefeitura alegou que “a Procuradoria-Geral do Município de São Paulo ajuizou ação visando à recomposição do patrimônio público, com a cobrança dos valores gastos na limpeza da estátua e do montante estimado para seu futuro restauro. Também foi pleiteada indenização por danos morais coletivos, em razão dos prejuízos causados a bem integrante do patrimônio cultural da cidade”. •



Revolta. Os manifestantes não pouparam a homenagem ao bandeirante

RENATO MEIRELLES

Comunicólogo, presidente do Instituto Locomotiva e fundador do Data Favela, autor de *Um País Chamado Favela* e *Como Ser uma Empresa Antirracista*



Lula: líder, mas sem paz

► A força eleitoral do presidente convive com um desejo relevante de mudança

A pesquisa Meio/Ideia de março traz um retrato incômodo para quem torce por respostas simples. Lula lidera, segue competitivo e continua como o nome mais forte do campo governista. Mas isso não significa que tenha convencido o País de que sua permanência é a escolha natural. Ao contrário. A força eleitoral do presidente convive com um desejo relevante de mudança. E exatamente dessa tensão nasce o paradoxo do momento.

O dado mais importante da pesquisa não é apenas a intenção de voto. É o fato de que 50,6% dizem que Lula não merece continuar, contra 46,7% que defendem sua permanência. Em paralelo, a maneira como ele exerce a Presidência é desaprovada por 50,5% e aprovada por 47,2%. Isso não desenha um governo derrotado. Mas desenha, sim, um governo em disputa, que não conseguiu transformar a condição de incumbente em sensação majoritária de recondução.

Ainda assim, Lula continua à frente. Na espontânea, aparece com 33,4%, enquanto Flávio Bolsonaro marca 18,5%. Num eventual segundo turno entre os dois, Lula tem 47,4% contra 45,3% do adversário. O retrato é claro: o presidente segue na dianteira, mas sem margem para soberba. Está à frente, mas não está folgado. É favorito, mas não está protegido.

O que explica isso? A primeira resposta é que o eleitorado não julga governo pela

planilha de Brasília. Julga pela vida real. O Locomotiva tem mostrado isso há bastante tempo. Quando a conversasai da abstração e entra no cotidiano, o julgamento político passa pela feira, pelo medo de sair à noite, pela fila do atendimento e pelo aperto para fechar o mês. O eleitor não mora no dado macroeconômico. Mora no boleto.

É aí que os sinais de alerta aparecem com força. A pesquisa mostra que a segurança pública é hoje a área mais mal avaliada do governo, com 54,3% de ruim ou péssimo. Saúde também aparece como ponto de pressão, com 41,5% de avaliação negativa nessa dimensão. Esses números permitem entender por que a melhora de ambiente econômico, sozinha, não reorganiza o humor do eleitor. Quando a sensação de desordem continua alta, a reeleição deixa de ser um prêmio natural e vira uma prova oral diante do País.

Existe, porém, um lado positivo para Lula que não pode ser subestimado. Mesmo sob desgaste, ele preserva densidade eleitoral. Continua a ser o nome mais presente na memória do eleitor e o polo mais robusto do seu campo. Além disso, a oposição ainda não encontrou um caminho de unificação fora do sobrenome Bolsonaro. Isso é decisivo. Porque o presidente não enfrenta uma alternativa ampla, nova e consensual. Enfrenta um adversário competitivo, mas carregado de rejeição e de memórias intensas.

A pesquisa mostra ainda que a disputa deixou de ser apenas partidária. Ela ganhou um componente institucional muito forte. Entre quem conhece o caso Master, 70% dizem que o STF perdeu credibilidade. E 44% afirmam que teriam mais chance de votar para o Senado em alguém que defendesse o *impeachment* de

ministro do Supremo. Some-se a isso o fato de que 54% dizem não acreditar que Jair Bolsonaro tenha planejado um golpe. O resultado é um ambiente no qual o discurso antissistema ganha oxigênio, e isso tende a favorecer a oposição.

Esse talvez seja o ponto mais sensível para Lula. Se a eleição fosse apenas comparação entre biografias, experiência e memória social, ele entraria com mais conforto. Mas a pesquisa sugere outra coisa: há um pedaço importante do eleitorado querendo menos debate ideológico e mais demonstração de comando, ordem e capacidade de fazer a vida voltar a caber dentro do dia. Quando a campanha passa a ser lida por essa régua, a vantagem de quem governa diminui, pois o governo responde pelo que prometeu e pelo que ainda não entregou na percepção dos eleitores.

Minha conclusão é que Lula chega forte, mas vigiado. Tem ativo eleitoral, tem *recall*, tem base social e segue plenamente no jogo. Mas carrega um problema que não pode ser maquiado: sua liderança ainda não virou tranquilidade. A reeleição é possível, e até plausível. Só não será um passeio.

O erro do campo governista seria achar que estar na frente basta. Não basta. E o erro da oposição seria imaginar que o desgaste de Lula, por si só, entrega a eleição. Também não entrega. O que a pesquisa mostra é um país que ainda reconhece em Lula estatura competitiva, mas que continua cobrando uma resposta mais convincente para a vida concreta. Em 2026, não vence apenas quem tiver mais estrutura partidária ou mais barulho de militância. Vence quem parecer mais capaz de organizar o cotidiano de um Brasil cansado de promessas e com pressa de alívio. •

redacao@cartacapital.com.br

Lawfare de gênero

ANÁLISE O direito tem sido usado de forma estratégica para enfraquecer as políticas públicas de igualdade

POR TIAGO RANIERI DE OLIVEIRA*



A ampliação contemporânea dos direitos fundamentais trouxe para o centro do debate jurídico a igualdade de gênero e a proteção contra discriminações fundadas em orientação sexual e identidade de gênero. Entretanto, o próprio direito pode ser instrumentalizado para produzir exclusões ou constranger sujeitos que desafiam estruturas tradicionais de poder. Nesse contexto, sustenta-se que o *lawfare* de gênero constitui forma de violência institucional, caracterizada pela utilização estratégica do direito para disciplinar identidades, enfraquecer políticas de igualdade e limitar processos de reconhecimento social.

O fenômeno do *lawfare* refere-se ao uso estratégico do direito como instrumento de disputa política e social. Quando direcionado contra identidades ou agendas vinculadas ao gênero, emerge o *lawfare* de gênero, dinâmica institucional na qual instrumentos jurídicos, processos judiciais ou discursos normativos são mobilizados para deslegitimar sujeitos, silenciar reivindicações ou enfraquecer políticas de igualdade. Nessas circunstâncias, o direito deixa de atuar como garantia de direitos e passa a operar como dispositivo de controle social.

Essa problemática não se restringe a decisões judiciais isoladas. Ela envolve estruturas institucionais capazes de reproduzir estereótipos de gênero, desigualdades históricas e mecanismos simbólicos de exclusão. Por isso, a incorporação da perspectiva de gênero no funcionamento do sistema de justiça tornou-se estratégia essencial para enfrentar distorções estruturais presentes na produção e aplicação do direito.

As teorias contemporâneas do gênero demonstram que identidades

não constituem essências naturais ou imutáveis, mas construções sociais reiteradas por práticas culturais, políticas e jurídicas. Normas sociais definem quais identidades são reconhecidas como legítimas e as instituições participam diretamente desse processo de reconhecimento.

Nesse contexto, o direito não atua apenas como conjunto de normas abstratas. Ele também produz discursos de verdade e participa da normalização social. Ao classificar comportamentos, regular corpos ou definir categorias jurídicas, o sistema estabelece fronteiras entre o que é considerado legítimo e o que é tratado como desvio.

Historicamente, categorias jurídicas foram utilizadas para disciplinar sexualidades, controlar corpos femininos ou marginalizar identidades dissidentes. O poder institucional, portanto, não se exerce apenas por proibições diretas, mas pela produção de classificações que definem quem pode ser reconhecido como sujeito legítimo no espaço público. Assim, o direito pode reforçar hierarquias sociais ou contribuir para superá-las, ampliando horizontes de reconhecimento.

O *lawfare* de gênero manifesta-se de diversas formas institucionais, como perseguição judicial seletiva contra mulheres em posições de poder, desqualificação de vítimas com base em estereótipos, contestação judicial de políticas de diversidade ou utilização de processos judiciais para produzir desgaste simbólico e reputacional. Nesses casos, o processo judicial deixa de funcionar como instrumento de proteção de direitos e passa a operar como mecanismo de disciplina social.

Compreender o *lawfare* de gênero como violência institucional amplia a capacidade analítica do direito para

identificar mecanismos estruturais de discriminação. A violência institucional não se limita a abusos administrativos ou omissões estatais, ela também se manifesta quando práticas jurídicas reproduzem desigualdades historicamente sedimentadas.

O fenômeno assume essa natureza porque mobiliza o aparato do sistema de justiça para produzir constrangimento simbólico, reproduz estereótipos presentes na organização social e gera efeitos concretos de silenciamento, intimidação e exclusão. O problema, portanto, deve ser compreendido como expressão de estruturas de poder que atravessam o funcionamento das instituições jurídicas.

No Brasil, a Resolução número 492, de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, instituiu o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero em todo o Poder Judiciário. A norma reconhece que decisões judiciais podem reproduzir desigualdades estruturais e estabelece parâmetros para evitar fundamentações baseadas em estereótipos.

Julgar com perspectiva de gênero exige que magistrados identifiquem desigualdades estruturais entre os sujeitos do processo, considerem contextos sociais de discriminação e evitem argumentos fundados em estereótipos de masculinidade ou feminilidade. Trata-se de mudança epistemológica relevante, que desloca o paradigma da neutralidade abstrata para uma análise contextual das relações de poder presentes nos conflitos jurídicos.

É uma forma de violência institucional

O mundo do trabalho constitui um dos espaços onde as desigualdades de gênero se manifestam com maior intensidade. Nesse cenário, também se identificam manifestações de *lawfare* de gênero nas relações laborais, como a utilização estratégica de procedimentos disciplinares contra trabalhadores LGBTQIA+, a desqualificação de denúncias de assédio ou a contestação judicial de políticas empresariais de diversidade.

Reconhecendo essa realidade, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho publicaram, em 2024, protocolos voltados à atuação judicial com perspectiva antidiscriminatória e inclusiva. Essas diretrizes orientam magistrados a considerar contextos estruturais de discriminação e evitar decisões que reproduzam desigualdades.

A incorporação desses parâmetros reforça a compreensão de que o sistema jurídico deve atuar como instrumento de proteção contra exclusões estruturais e não como mecanismo de disciplina moral.

Nesse contexto, a incorporação da perspectiva de gênero na atividade jurisdicional, conforme estabelecido pela Resolução 492 do CNJ, pelos protocolos do TST/CSJT e pelos parâmetros internacionais de direitos humanos, representa passo fundamental para a construção de um sistema de justiça comprometido com a igualdade substantiva.

Mais do que técnica interpretativa, trata-se de transformação ética e epistemológica do próprio direito, reafirmando sua função como instrumento de dignidade, reconhecimento e justiça. •

**O autor é procurador do Trabalho e diretor legislativo da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT).*



Perdas e ganhos

PIB As enormes incertezas internas e externas dificultam as projeções do desempenho da economia neste ano

POR CARLOS DRUMMOND

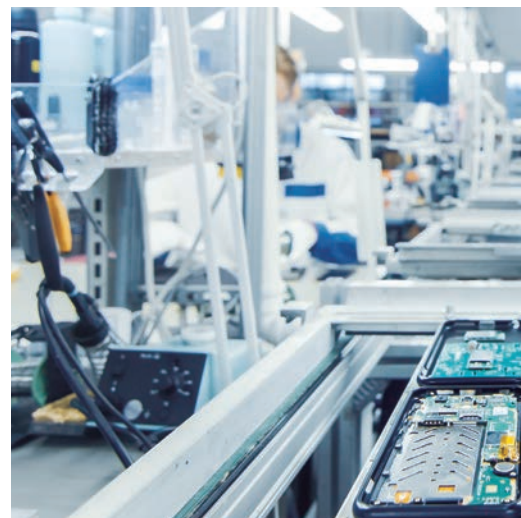
A elevada turbulência internacional sob o governo Donald Trump, um agromercado menos exuberante, o impulso fiscal negativo desde 2025 e a provável retração de investimentos à espera de uma definição eleitoral acumulam tensões no horizonte da economia brasileira em 2026, mas fatores como a perspectiva de redução dos juros, a ampliação significativa da faixa de isenção do Imposto de Renda e o crescimento constante da renda média do trabalho, entre outros, permitem esperar ao menos um crescimento do PIB semelhante ao do ano passado, de 2,3%, em torno da média dos últimos 20 anos, apontam economistas. A estimativa coincide com a visão da equipe econômica e supera em muito a projeção da Pesquisa Focus, de 1,8%. Alguns veem, entretanto, uma situação menos definida e destacam a importância da redução do espaço fiscal do governo para fazer política anticíclica.

“O ano começa muito incerto, quando se examina o cenário geopolítico”, sublinha Rafael Ribeiro, professor de Economia da UFMG e pesquisador do Made/FEA-USP. A intervenção dos EUA

na Venezuela, e agora a guerra do Irã, com um risco geopolítico muito maior, geram gargalos sérios e afetam o custo dos combustíveis de todo o setor de transporte brasileiro, acrescenta o economista. Nessas condições, não se sabe muito bem como o comércio vai se comportar em termos de exportações e importações.

Em ano eleitoral, prossegue Ribeiro, é natural os empresários segurarem o investimento para poder visualizar melhor quais serão as diretrizes do próximo mandato, se haverá ou não continuidade. Quanto ao gasto do governo, pode ter algum fator de ciclo político mais próximo da eleição, mas, em geral, boa parte do orçamento fica congelado no período. O consumo das famílias dependerá da dinâmica do mercado de trabalho, sujeito a to-

O governo fala em **expansão de 2,3%**, o mercado aposta em **1,8%**





Consumo e produção. O baixo índice de desemprego e a alta da renda ainda produzem efeito. No início do ano, a indústria experimentou certo alívio

das essas incertezas externas e internas.

O cenário talvez seja potencialmente mais duro para a indústria, acrescenta o professor, embora o setor possa beneficiar-se da expectativa de um pequeno ciclo de reversão na trajetória da taxa Selic a partir das próximas reuniões do Comitê de Política Monetária. Contudo, esse ciclo pode ser encerrado antes, dado o cenário de incerteza geopolí-

tica, e isso pode traduzir-se em elevações de preços internos. Outro fator que afeta a indústria é a atual escassez de mão de obra. O mercado de trabalho está aquecido e a dificuldade de contratação força as empresas a elevarem salários. Já a indústria extrativa mineral fica muito sujeita ao cenário internacional.

No agronegócio, neste ano, ao contrário de 2025, não há expectativa de grandes safras, talvez com exceção da soja. E depende muito de que modo o fim do ciclo de chuvas afetará a produção e a lavoura. “Não vou cravar número, mas a minha expectativa é de que, por todos esses fatores de incerteza, geopolíticos e domésticos, o PIB neste ano talvez fique no mesmo patamar, talvez um pouco abaixo, daquele de 2025. A menos que algum acontecimento reverta esse cenário, dificilmente o crescimento será maior. Mas não acho que vá acontecer uma recessão ou uma estagnação econômica”, acrescenta Ribeiro.

Os juros altíssimos por longo período minaram os resultados de 2025, mas a expectativa de início de um ciclo de queda da Selic a partir deste mês diminuirá a pressão sobre a economia brasileira, ressalta o economista André Luiz Passos Santos, sócio da consultoria BPCT. O desemprego está em mínima histórica e a ampliação significativa da faixa de isenção do Imposto de Renda, que passa a beneficiar 90% dos contribuintes, injetará 8,35 bilhões de reais na economia, segundo projeções do Senado, acrescenta Santos.

Outro ponto importante é a elevação constante da renda média do trabalho, que supera 3,6 mil reais mensais. “A tendência é de um comportamento mais estável do emprego e da renda, com ganhos reduzidos daqui em diante”, avalia o economista.

A indústria de transformação, prossegue, com baixo desempenho em 2025, dá sinais de retomada, com crescimento de 1,8% em janeiro, recuperando parte das

perdas do ano anterior. Com o provável aumento da demanda e a queda dos juros, é bem razoável supor uma recuperação moderada da Formação Bruta de Capital Fixo, o que puxaria para cima o PIB.

As exportações, em especial aquelas de minérios metálicos, produtos agropecuários e, sobretudo, de petróleo bruto igualmente têm perspectivas positivas, apesar de o câmbio estar sobrevalorizado. Acrescente-se a ampliação das incertezas no cenário internacional, com múltiplas guerras, que tem atraído capitais internacionais para o mercado brasileiro de títulos, em operações de arbitragem.

Em contrapartida, há o impulso fiscal negativo desde 2025, anulando a atuação fiscal expansiva de 2023 e parte de 2024. Santos não acredita, entretanto, em uma redução ainda maior dos gastos do governo, por ser ano eleitoral.

O cenário internacional é o de maior risco para a economia brasileira, com a redução do ritmo de crescimento chinês, a estagnação europeia e o baixo crescimento projetado para a economia dos EUA, indicativos de uma queda mais ou menos acentuada na demanda por importações. Há ainda os efeitos da crise argentina, que atinge o setor automotivo, uma vez que os dois países têm cadeias produtivas altamente conectadas.

O petróleo em alta ameaça a oferta mundial do produto, arrisca romper os arranjos produtivos globais e pode provocar um reajuste expressivo nos preços internos dos combustíveis, com pico inflacionário e risco para a projetada redução dos juros. Mas o País tende a beneficiar-se com a elevação da receita das exportações brasileiras de petróleo, ressalta o economista.

“Meu cenário para 2026, observadas as tendências apontadas, é de um crescimento próximo ao observado em 2025, na casa dos 2,3%. Não creio em recessão, ressalvadas mudanças bruscas de cenários. Mas também não vejo uma expansão do



Agronegócio. A safra de soja, assim como a de outros produtos, não repetirá o desempenho de anos anteriores. O cenário global provoca oscilações

PIB maior do que a de 2025. Uma escalada das guerras e sua expansão para outros países pode alterar dramaticamente o cenário, mas arrisco dizer que o impacto potencial sobre o fornecimento crucial de petróleo, somado ao surpreendente nível de resposta do Irã, tende a arrefecer os impulsos estadunidenses”, destaca Santos.

Aspectos da economia no ano passado tornam mais claro o panorama de 2026. Segundo o economista Marco Antônio Rocha, professor do Instituto de Economia da Unicamp, a redução do crescimento econômico em 2025 foi marcada pelos efeitos da própria política monetária, mas também, em certa medida, pela perda do estímulo fiscal que o governo conseguiu impulsionar nos primeiros anos, a começar pela PEC da transição,

depois por conta da renegociação do arcabouço fiscal. Esse estímulo fiscal tem perdido força ao longo do governo e isso desestimula a demanda doméstica, cujos sinais aparecem justamente agora, acrescenta o professor.

A perspectiva para o ano é que o governo terá menos espaço fiscal para adotar políticas contracíclicas. Quanto à conjuntura, o conflito no Irã aumenta o grau de incerteza internacional, bem elevado por diversas questões, sobretudo o comportamento do governo Trump e toda crise institucional que ele tem provocado, assim como a incerteza relacionada a esta situação.

Com o conflito, acrescenta Rocha, podemos ter pressões inflacionárias, a depender justamente de como ele se desdobrará, se vai escalar para toda a região, de que modo afetará o fornecimento de combustíveis e de fertilizantes e como isso repercutirá na economia brasileira. “Se o conflito perdurar por muito tempo, a economia brasileira provavelmente vai sentir os efeitos, sobretudo no aumento da pressão inflacionária e isso pode significar um crescimento ainda menor em um momento onde os instrumentos políticos do governo não são muito robustos para contrabalançar o efeito de desaceleração da economia global”, alerta o professor da Unicamp, que prevê um crescimento do PIB entre 2% e 2,2%. •

A redução do estímulo fiscal do governo terá efeito negativo no PIB

ADALBERTO VIVIANI

Consultor de marketing e comunicação
especializado em bens de consumo



A EMS no jogo

► A farmacêutica brasileira compra a divisão de genéricos da francesa Sanofi

A compra da Medley pela EMS marca um dos movimentos mais significativos do mercado brasileiro de genéricos. Avaliada em perto de 3,2 bilhões de reais, a operação envolve a aquisição de 100% da Medley, até então controlada pela francesa Sanofi. O negócio ainda depende de aprovação do Cade para ser concluído. Com a aquisição, o Grupo NC/EMS passa a concentrar cerca de 30% do mercado nacional de genéricos e projeta uma receita combinada próxima de 12 bilhões de reais.

A Sanofi vendeu a Medley para focar em áreas de maior valor agregado globalmente, enquanto a EMS enxerga na marca um ativo complementar que reforça seu portfólio. A companhia pretende manter as duas marcas independentes no varejo, ampliando opções para o consumidor.

A aquisição insere-se numa estratégia mais ampla de investimentos. Em 2024, a EMS inaugurou, em Hortolândia, interior de São Paulo, uma linha de peptídeos de 1 bilhão de reais, pensada justamente para novas classes terapêuticas, e em 2025 lançou as primeiras canetas emagrecedoras nacionais, a Oline e a Lirux. O movimento com a Medley consolida o ciclo de expansão e combina genéricos de alto volume com produtos inovadores de maior valor agregado.

Nestlé Vital

A Nestlé acaba de estreiar globalmente no segmento de nutrição voltada ao público 40+, e escolheu o Brasil como ponto

de partida. A nova marca, Nestlé Vital, é uma linha de bebidas nutricionais em pó para quem está na meia-idade e busca envelhecer com mais saúde e autonomia.

Desenvolvida a partir de pesquisa com 9 mil consumidores em seis países, a marca mira um público que declara insatisfação com a própria saúde física e mental e quer rotinas simples para cuidar melhor de energia, sono, força muscular e bem-estar geral. O investimento total no projeto foi de em torno de 203 milhões de reais, incluindo P&D e ampliação da fábrica de Araçatuba (SP), onde o produto será fabricado.

O Vital estreia com versões diurna e noturna, combinando proteínas, fibras, vitaminas, minerais e bioativos, em uma proposta de “envelhecimento inteligente”. A linha também preenche uma lacuna no portfólio da Nestlé entre o adulto de meia-idade e o público de Nutren Senior, reforçando a estratégia de longo prazo da companhia no mercado de longevidade.

Cinco minutos

A BYD anunciou um importante avanço para a mobilidade elétrica, o lançamento de uma nova bateria capaz de carregar 470 quilômetros de autonomia em cinco minutos. A inovação, viabilizada pela Super e-Platform, promete acabar com um dos maiores obstáculos na adoção de veículos elétricos, o tempo de espera nas estações de recarga.

Equipada com uma arquitetura de alta-tensão e suportando uma potência de carregamento de até 1 megawatt, a nova bateria utiliza um sistema de resfriamento líquido para garantir segurança e eficiência extremas durante o processo. A tecnologia permite ao motorista recuperar energia na mesma velocidade em que abasteceria um carro tradicional a combustão.

Para os negócios da montadora, esse salto tecnológico é vital para consolidar a hegemonia global. A empresa tem apresentado um cenário mais desafiador na China e a inovação é um grande diferencial competitivo. No Brasil, a marca fechou 2025 com ao redor de 112 mil veículos emplacados, crescimento de quase 47% em relação ao ano anterior, assumindo a liderança isolada no segmento de eletrificados.

A novidade ainda não tem data confirmada para chegar ao Brasil. Por enquanto, a tecnologia é exclusiva do mercado chinês. A chegada de modelos com esse recurso depende da modernização da infraestrutura local. Os supercarregadores da nova plataforma exigem instalações capazes de fornecer até mil quilowatts, uma potência que a atual rede nacional de eletropostos ainda precisará de tempo e pesados investimentos para suportar.

A alma do negócio

O mercado publicitário brasileiro registrou crescimento expressivo em 2025. O setor movimentou 28,9 bilhões de reais, crescimento de 9,07% em relação ao mesmo período de 2024. Os dados são do painel Cenp-Meios. Não é um resultado desprezível. Com as constantes mudanças tecnológicas e disputas de diversos meios pela atenção dos consumidores, o setor parece ter consolidado as estratégias de mudanças e adaptação de linguagens para cada uma das plataformas de mídia. E confiado nas agências para construir relevância para as marcas.

Para 2026, o setor tem razões para manter o otimismo. A Copa do Mundo de Futebol tende a ser um período de grandes investimentos para segmentos como eletroeletrônicos, cerveja, varejo alimentar, artigos esportivos e outros. •

redacao@cartacapital.com.br

Fracking de liquidez

RISCOS Em meio a crédito privado duvidoso, bolha de IA e medo crescente, fundos restringem resgates nos EUA

POR MANFRED BACK E LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Uncl Sam tem seus dias de desconfiança no crédito privado, lá como cá.

Uma decisão da BlackRock suscitou nossa ousadia de recorrer à analogia entre o *fracking* e a química dos mercados financeiros. O *fracking* quebra a rocha para liberar gás de xisto. Os três ingredientes-chave – água, areia e produtos químicos – são misturados e bombeados para o poço sob pressão extremamente alta, por meio de grandes motores a diesel.

Fracking na rocha negra, vulgo BlackRock, quebrou a rocha e não liberou o dinheiro. Para liberar gás de xisto injeta água, areia e produtos químicos. Para não liberar liquidez aos investidores, misturam-se crédito privado duvidoso, a bolha de IA e o medo. O que funciona na química mineral, não funciona na química dos ativos financeiros.

Conhecem aquela frase famosa antes do estouro da bolha *subprime*: “muito grande para quebrar”? Até a rocha negra mais resistente tem suas fissuras de 26 bilhões de dólares. Fundo que proíbe resgate entra em *cracking*. Pasmem, a BlackRock proibiu! Seus investidores ficaram sem gás, sem seu precioso dinheiro. Quanto maior o ativo, maior a queda.

Segundo a Bloomberg: o HPS Corporate Lending Fund, que reúne 26 bilhões de dólares, e é um dos maiores portfólios de crédito, em empresas em desenvolvimento, não negociado em bolsa, informou em comunicado nesta sexta-feira que os cotistas solicitaram o resgate de 9,3% de suas participações. A administração decidiu limitar as solicitações a 5%. Embora o valor total fosse de perto de 1,2 bilhão de dólares, segundo cálculos da Bloomberg, os investidores receberão de volta em torno de 620 milhões que o fundo detinha no fim do ano.

Jamie Dimon, o todo-poderoso *chairman* do J.P.Morgan, avisou: “Quando você vê uma barata, provavelmente há mais”, para alertar sobre riscos ocultos e falhas no mercado de crédito privado e bancos regionais dos EUA. E as baratas chegaram

Os fundos de crédito privado, em geral, estão se preparando para uma onda de pedidos de resgate

no fundo da BlackRock. Uma das três maiores gestoras de ativos no mundo restringiu o resgate. *Where is the money?*

Quando a roda-gigante dos preços dos ativos gira ao contrário, temos a tal desalavancagem. Deságio na precificação dos ativos financeiros, variação patrimonial negativa, o fundo encolhe, o dinheiro do investidor some. Lembramos aos nobres leitores que, ao pedir resgate de um fundo, o administrador é obrigado a vender o ativo. Se muitos investidores tomam a mesma decisão, há uma venda maciça do ativo, queda expressiva do seu valor, a riqueza diminui. Esse fundo não era negociado em Bolsa, portanto, tem liquidez limitada. Assim, é dever da BlackRock garantir sua liquidez. Vários outros fundos de crédito privado sofreram corridas para resgatar.

“Os fundos de crédito privado, em geral, estão se preparando para uma onda de pedidos de resgate, à medida que crescem a preocupação com as práticas de empréstimo do setor e a exposição a empresas que podem ser impactadas pela Inteligência Artificial.” (Bloomberg)

Executivos da HPS Investment Partners, adquirida pela BlackRock, afirmaram, após a queda das ações na Bolsa americana, que a medida de restringir os resgates ajudaria o fundo a investir em oportunidades de investimento atraentes em meio à incerteza e volatilidade. Você acredita?

Dinheiro é um bicho altamente sensível e nervoso, qualquer perturbação e quebra de confiança todos correm atrás dele. Nessa hora, é a preferência pela liquidez, tradução: quero meu dinheiro.

Na toada de 2023, Jason Calacanis, um proeminente empresário e investidor da internet, apertou o botão do teclado e *twittou* um aviso sobre o colapso do Silicon Valley Bank: “Você deve estar absolutamente aterrorizado agora – essa é a reação adequada a uma corrida bancária e ao contágio. Isso vai se transformar em caos”.

Ativos em queda. E as baratas chegaram no fundo da BlackRock! Uma das três maiores gestoras de ativos no mundo, restringiu o resgate. *Where is the money?*

A rápida queda do banco regional do setor de tecnologia derrubou os costumes no Vale do Silício. Investidores como Calacanis, que normalmente repreendem os reguladores por sufocar a inovação, voltaram-se para Washington em sua hora de necessidade. A maioria alertou para graves repercussões, caso os depositantes percam o acesso permanente ao seu dinheiro.

As angústias de Calacanis trazem à memória os temores de um experiente administrador de fundos, em meio à tormenta do *subprime*, a Grande Recessão de 2008/2009: “Quando todos à sua volta estão fazendo negócios à velocidade do raio, é incrivelmente fácil ser carregado pela onda de otimismo e fazer coisas das quais você vai se arrepender. Nesses momentos, a atitude mais corajosa é não fazer nada”.

David Sacks, sócio-gerente da empresa de capital de risco Craft Ventures, que assim como Calacanis é um associado próximo de Elon Musk e tem muitos seguidores no Twitter, alertou para novas corridas aos bancos. “Transfira os fundos do SVB para um dos quatro maiores bancos”, ele tuitou. “Faça isso antes da abertura do mercado na segunda-feira, ou haverá contágio e a crise se espalhará.” Investidores como o empreendedor e investidor de tecnologia Jason Calacanis, que geralmente reclamam de ser sufocados pela regulamentação, recorreram a Washington após o colapso do SVB. Seus apelos surtiram efeito.

Dois dias após a Corporação Federal de Seguro de Depósitos (FDIC) assumir o controle dos ativos do banco, o Tesouro, o Federal Reserve e a FDIC anuncia-



ram que os depositantes teriam acesso a todo o seu dinheiro na manhã de segunda-feira. O alívio, no entanto, foi atenuado pelas críticas ao papel desempenhado por alguns investidores de capital de risco na crise do SVB. Quando as preocupações com o balanço patrimonial do SVB aumentaram na semana passada, empresas de capital de risco, incluindo o Founders Fund de Peter Thiel, incentivaram as empresas de seu portfólio a agir em seu próprio benefício e retirar seus fundos. Isso contribuiu para desencadear uma corri-

da aos bancos. Existe uma acusação mais ampla de hipocrisia em relação a alguns dos investidores de capital de risco que se opõem à regulamentação governamental da tecnologia, mas exigiram que os reguladores interviessem para ajudar os depositantes do SVB. Recorrer à internet para pedir apoio “foi um momento de ‘ateu em uma trincheira’”, disse um executivo de um fundo de capital de risco, que zombou da conversão de seus colegas.

Myfriend, a rocha negravitou areia. Desconfie de fundos que restringem resgates. •

Acordes potentes

FRANQUIA Palco, inclusão e método próprio transformam a School of Rock Brasil em um negócio de 100 milhões de reais por ano

POR ALLAN RAVAGNANI

O empreendedor Paulo Portela não estava procurando uma escola de música quando entrou no BB King's, na Times Square, em Nova York, em 2011. À época, trabalhava em uma empresa multinacional, recusava convites para morar fora e enfrentava, em casa, o desafio de criar quatro filhos que, em graus diferentes, lidavam com ansiedade, depressão ou alguma forma de neurodivergência. Uma das filhas havia desenvolvido fobia escolar, e a família considerava caminhos alternativos de aprendizagem.

No palco daquela noite, adolescentes de 14 a 17 anos tocavam com grande desenvoltura. “Não era uma apresentação de fim de curso, era um show. Fiquei impressionadíssimo com a performance da garotada”, lembra. No dia seguinte, a marca School of Rock – a mesma do filme protagonizado por Jack Black – apareceu na capa de uma revista norte-americana de franquias, e o que parecia coincidência transformou-se em ideia fixa.

Portela enxergou duas oportunidades ao mesmo tempo: uma proposta pedagógica baseada na prática e na socialização, algo que dialogava com o que buscava para os filhos, e um modelo de negócio estruturado, replicável, pronto para chegar ao Brasil e ganhar escala. Ali, a decisão de deixar o mundo corporati-

vo e empreender tornou-se definitiva.

O então diretor de Recursos Humanos da IBM conversou com a matriz norte-americana e decidiu apostar no formato de *master* franquia. A School of Rock chegou ao Brasil em 2013, primeiro em São Paulo, em um momento em que a marca ainda tinha presença discreta fora dos EUA. Desde então, a operação brasileira consolidou-se como a principal da rede no exterior.

O método visto em Nova York tornou-se o principal apelo comercial. A escola organiza o ensino em temporadas temáticas que culminam em apresentações públicas, e cada aluno sobe ao palco pelo menos três vezes por ano. “A gente conquista primeiro o coração do aluno. Depois ele quer aprender a teoria”, diz. A proposta inverte a lógica tradicional dos conservatórios e cria uma rotina de ensaio, convivência e performance.

Com 10 mil alunos e cerca de 60 escolas no País, a rede projeta chegar a 200 unidades em até cinco anos

Em pouco tempo, o negócio ganhou tração. A operação brasileira ultrapassou a marca de 100 milhões de reais em faturamento em 2025, com cerca de 10 mil alunos matriculados. Hoje, a rede reúne, aproximadamente, 60 escolas no País e projeta alcançar 200 unidades até 2030.

O formato adotado é o de *franchising*. Para abrir uma unidade da School of Rock no Brasil, o investimento inicial varia de 600 mil a mais de 1 milhão de reais, incluindo taxa de franquia, reforma acústica, aquisição de instrumentos musicais e capital até o ponto de equilíbrio. A franqueadora acompanha todo o processo de implantação e exige que metas de captação de interessados sejam atingidas antes da inauguração.

A clientela ajuda a explicar a expansão. Crianças e adolescentes continuam sendo a maioria do público, mas os adultos ganharam espaço. Perto de 35% da base brasileira tem mais de 18 anos. Em algumas unidades, esse grupo é o maior, concentrando-se entre 35 e 45 anos. Muitos chegam depois do expediente, em busca de uma atividade coletiva. “Um terço dos nossos alunos é de executivos e empreendedores que querem relaxar e fugir do *burnout*”, afirma Portela, CEO da School of Rock Brasil.

A escola vende palco, mas o que mantém a recorrência é a socialização. Ensaios semanais, repertório definido e agenda de shows criam compromisso. A mensalidade varia de 500 a mais de mil reais, dependendo do programa escolhido. O aluno paga para tocar, ensaiar e se apresentar.

O negócio decolou, e o baterista e pedagogo Paul Lafontaine tornou-se um parceiro. Ele nem sequer pensava em empreender quando começou a dar aulas de bateria para quatro alunos com deficiência, indicados por um antigo professor. Era 2008, ele havia interrompido a carreira de músico profissional e buscava outro caminho dentro da música. A



primeira reação diante do desafio foi ansiedade: queria resultados, evolução técnica e progresso visível. Até ouvir uma coordenadora da instituição de onde vinham os alunos dizer: “Como eles saíram do estúdio? Saíram felizes?”

A resposta mudou o rumo do projeto, e o que era um “bico” se transformou em um método de ensino, com repertório, ritmo e prática, sem enquadrar esse trabalho como terapia. “Eles têm as limitações, mas nasceram com alma de baterista”, diz Lafontaine. Foi daí que surgiu o nome do projeto. O Alma de Batera abriu no Brooklin e passou a organizar *workshops* com músicos conhecidos, que aceitavam o convite ao perceber que ali não havia plateia reverente, mas alunos interessados apenas em tocar. Em mais de 18 anos, o projeto atendeu cerca de 400 participantes.

A School of Rock já recebia alunos com autismo, síndrome de Down, cadeirantes

Afinada e lucrativa. Sob a batuta do empreendedor Paulo Portela, a operação brasileira tornou-se a mais lucrativa da rede fora dos EUA



e jovens com dificuldades de socialização. Psicólogos e psicopedagogos começaram a indicar a escola como espaço de convivência. Faltava, porém, um método estruturado para ampliar o atendimento. A aproximação entre Portela e Lafontaine ocorreu por sugestão de Luiz Justo, CEO do Rock in Rio, que conhecia ambos, e do baterista da banda californiana Green Day, Tré Cool, que acompanhava o projeto.

O encontro foi benéfico para ambos. Se o Alma de Batera tinha vasta experiência pedagógica, mas alcance limitado, a School of Rock oferecia estrutura e capilaridade. O piloto começou na unidade do Brooklin, onde alunos do projeto passaram a frequentar e socializar, enquanto a rede de Portela treinava os instrutores para replicar o modelo em dezenas de escolas.

“Para nós, é um aluno como qualquer outro”, afirma o CEO da School of Rock. A franqueadora criou um comitê de diversidade para mapear a acessibilidade nas unidades e incluiu adaptações físicas no manual de construção das escolas. Há também uma associação ligada ao grupo para captar recursos e oferecer bolsas, embora muitos alunos PCDs prefiram custear as aulas com recursos próprios.

Quando decidiu deixar a multinacional em que trabalhava, Portela não pensava em abrir 200 escolas ou faturar 100 milhões de reais por ano. Pensava apenas na experiência que teve no BB King's. Hoje, projeta ampliar a base para mais de 35 mil alunos nos próximos anos. E a cena do clube nova-iorquino ainda serve de referência. Os adolescentes tocam para uma plateia pagante, sem distinção entre quem chegou ali por vocação artística ou em busca de pertencimento. “A magia da música está em tocar junto, e o rock, embora algumas vezes dado como morto, é uma energia que se renova toda vez que alguém encontra o próprio som”, resume Portela. •



Sem linha de chegada

IRÃ Depois de conflagnar o Oriente Médio e estourar o preço do petróleo, Trump busca qualquer coisa para chamar de vitória

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

Após mais de dez dias da campanha militar dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã, uma coisa ficou clara: nenhum dos objetivos alardeados para justificar o início dos ataques em 28 de fevereiro havia sido cumprido e os sinais de que esse fato pudesse mudar no curto prazo continuam escassos. Mesmo sob bombas, o regime segue de pé e demonstra força popular, arrastando às ruas milhares de iranianos que se enlutaram pela morte do antigo líder supremo, Ali Khamenei, morto num dos ataques, logo no início da guerra, e para saudar a nomeação do filho e sucessor, Mojtaba Khamenei. Além disso, o país bloqueia o Estreito de Ormuz, por onde passa 20% do comércio mundial de petróleo, e mantém uma capacidade nada desprezível de atingir alvos norte-americanos e israelenses em toda a região do Golfo Pérsico. Por onde se olhe, o cenário contradiz a ideia de que esta seria uma campanha fulminante, capaz de reproduzir em alguma medida os resultados políticos alcançados pela Casa Branca em sua mais recente intervenção armada, contra Nicolás Maduro, na Venezuela.

No caso do Irã, norte-americanos e israelenses tiveram motivos complementares para iniciar a guerra, feita à margem do direito internacional. Para

o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, o enredo passava pela aniquilação de um governo que, desde a Revolução Islâmica de 1979, responsável por derrubar o xá da Pérsia e levar os aiatolás ao poder, representa uma ameaça manifesta ao sionismo. O ingrediente atômico é o que dava maior sentido de urgência aos argumentos dos israelenses, pois, há anos, Netanyahu afirma que o Irã está a um dia de desenvolver uma bomba nuclear, cuja existência é negada por observadores internacionais ligados às Nações Unidas. Convencer os norte-americanos desses argumentos e arrastar os Estados Unidos para uma campanha militar no Oriente Médio era o último passo, cumprido depois de Trump iniciar seu segundo mandato.

Para os EUA, os motivos de Israel são o bastante. A interdependência entre ambos é tão evidente que o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, chegou a dizer que o ataque ao Irã foi decidido depois de a Casa Branca tomar conhecimento da intenção israelense

de se iniciar o conflito, o que obrigaria os norte-americanos a se defender das retaliações dos aiatolás. A explicação é um atestado de que está em Tel-Aviv – não em Washington – o condão de determinar quando, como e contra quem a máquina militar deve se mover na região.

Mais tarde, Trump tentou remendar o mau soneto de Rubio, mas era tarde. Internamente, a guerra havia provocado danos severos à reputação de um governo que tenta a duras penas se livrar do escândalo do caso Epstein, do revés sofrido na Suprema Corte no caso da guerra tarifária e do fardo de ter de justificar a morte de dois cidadãos em Minnesota pelas mãos de agentes de imigração. A enxurrada de más notícias faz cair a popularidade do republicano e crescer a desaprovação às medidas tomadas por ele, algo especialmente preocupante em um ano no qual os eleitores irão às urnas para renovar parte de um Congresso Nacional hoje governista, mas que, se virar opositor, teria os instrumentos para mover mais um processo de *impeachment* contra o presidente norte-americano.

De acordo com um agregado de pesquisas de opinião divulgado no décimo dia da guerra no Irã, este já pode ser considerado o conflito armado internacional mais impopular da história dos Estados Unidos, desde ao menos a Segunda Guer-

Por ora, nada de mudança de regime. Ao contrário



Queda de braço. Mojtaba Khamenei foi escolhido para substituir o pai na liderança do regime. O republicano fala em terminar o conflito sem alcançar seus objetivos

ra Mundial, e desconsiderando apenas a campanha no Vietnã, sobre a qual não há pesquisa feita sob a mesma metodologia. Se 97% dos eleitores apoiavam, em 1945, a campanha na Segunda Guerra Mundial, esse porcentual é, no caso do Irã, de apenas 41%. Um aspecto particularmente importante da alta desaprovação é que ela inclui opiniões negativas não apenas de democratas e pacifistas em geral, mas de boa parte da base de Trump.

Desde o início do conflito, figuras de proa do chamado “movimento Make America Great Again (MAGA)” criticam publicamente a decisão de atacar o Irã. Para líderes de audiência nesse setor, como Tucker Carlson e Megyn Kelly, ambos ex-âncoras de renome da emissora Fox News, essa foi uma péssima ideia, por trair a promessa original de que Trump cuidaria de assuntos internos e manteria o “dinheiro do contribuinte” longe de

Destruição. Os EUA intensificaram os ataques ao Irã, que mantém bloqueado o Estreito de Ormuz, por onde passa 20% do petróleo negociado no mundo

guerras inúteis, nas quais os interesses nacionais não são evidentes ou estão simplesmente a reboque de aliados, como Israel, neste exemplo. A desaprovação que atinge Trump no próprio campo conservador tem como argumento ainda a visão de que o *lobby* judaico é tão forte que termina aplainando as diferenças entre democratas e republicanos quando se trata de afiançar a defesa ao Estado de Israel.

Se, por um lado, Trump sofre essa pressão incômoda de uma base política contrariada em ano de eleições de meio de mandato, por outro vê crescer ao mesmo tempo a pressão sobre uma economia movida a petróleo e, portanto, sensível à alta no preço do barril do produto. O bloqueio do Estreito de Ormuz fez a cotação do óleo Brent, usado como referência nesse mercado, chegar a 120 dólares o barril na segunda-feira 9, maior valor desde junho de 2022. Antes do fechamento das Bolsas de Valores, Trump apressou-se em dizer que a campanha militar estava quase concluída. Mesmo sem ter qualquer coisa a apresentar como vitória, o presidente norte-americano simplesmente precisava dar sinais de que a aventura teria um fim. Do contrário, a escalada no preço do produto que move grande parte da economia mundial é que não teria fim. O anúncio surtiu o efeito esperado, e os preços recuaram cerca de 10%. Na manhã seguinte, o ministro da Defesa dos Estados Unidos, Pete Hegseth, atirou na direção exatamente oposta, e passou a dizer que recrudesceria ainda mais a campanha militar contra o Irã, fazendo da terça-feira 10 um marco da intensidade dos bombardeios.

O descompasso entre Trump, Hegseth e Rubio demonstra o desali-



O apoio ao conflito nos EUA é baixo: 41%

nhamento de propósito e de estratégia que marca esta campanha militar. O desencontro é tão grande, a descoordenação é tão evidente e o risco de insucesso é tão palpável que os norte-americanos não conseguiram nem mesmo angariar o apoio dos aliados europeus para atacar o regime iraniano que não inspira simpatia em nenhum dos integrantes da Otan. Embora o chanceler alemão, Friedrich Merz, tenha bajulado Trump e tenha chegado a insinuar que o Irã não é digno sequer de gozar das proteções outorgadas pelo direito internacional, a verdade é que os demais líderes europeus foram muito mais arredios em relação a se alinhar com as motivações da Casa Branca, e não hesitaram em dizer

que a operação militar se originou completamente à margem do direito internacional. Na prática, isso se traduziu em uma posição de envolvimento calculado: a Europa despacha suas esquadras para a região do conflito, mas diz que vai se ater às ações de caráter defensivo, como a interceptação de drones, mísseis e foguetes lançados contra suas bases instaladas nos países do Golfo Pérsico e contra aliados na região, com os quais têm de honrar acordos de defesa solidária. Nada disso significa, ao menos por enquanto, que os europeus se engajarão em ações ofensivas contra o Irã.

O desencontro entre os aliados da Otan é apenas um dos efeitos colaterais que evidenciam o crescente isolamento dos Estados Unidos, à medida que seu presidente acelera as ações unilaterais de uso da força contra adversários, buscando atingir não apenas cada um desses países em particular, como nos casos da Venezuela e do Irã, mas também seus principais parceiros, como a China, e, em menor medida, a Rússia. •

JAMIL CHADE

Jornalista, correspondente internacional, escritor e integrante do conselho do Instituto Vladimir Herzog



O quintal sob vigilância

► Trump dá curso à ofensiva pela militarização da América Latina

O governo de Donald Trump deu os primeiros passos para implementar uma estratégia deliberada de militarização do continente, incentivado pelo êxito do sequestro de Nicolás Maduro e o controle do governo venezuelano. O anúncio da ofensiva regional não poderia ter ocorrido em outro lugar a não ser na Flórida, *bunker* da extrema-direita latino-americana e foco da busca dos republicanos pelo voto latino.

Trump interrompeu sua agenda bélica no Irã para encontrar líderes do continente e lançar o “Escudo das Américas”. Oficialmente, trata-se de uma aliança entre Washington e uma dezena de países da região, entre eles Argentina, Chile, Paraguai e Panamá. Na prática, o “Escudo” representa uma subordinação ao poderio militar dos EUA. O republicano não escondeu, em seu discurso, sua disposição de alocar mísseis e usá-los, se necessário.

Se a aliança foi estabelecida para lutar contra o narcotráfico na região, vozes do governo brasileiro destacam que esse argumento parece frágil quando se nota que nem Colômbia nem México, dois dos centros de atuação de grupos criminosos, foram convidados ou consultados.

A ofensiva da Casa Branca ainda inclui a classificação de facções criminosas, ao estilo do PCC e do Comando Vermelho, como grupos terroristas, o que abriria caminho para o governo Trump “justificar” eventuais operações em território brasileiro. Mais de uma dezena de

organizações criminosas da região ganharam esse *status*.

Observadores e diplomatas destacaram, porém, que a iniciativa parece o início da tradução, na prática, das políticas enumeradas nos documentos sobre estratégia de defesa nacional divulgados no fim de 2025 por Washington. A ambição declarada da Casa Branca era criar um arcabouço político que pudesse frear o avanço chinês na região. Para isso, a militarização do continente era um dos pilares.

Um dos acordos nessa direção foi assinado com o Paraguai. Pelo tratado, os EUA ficam autorizados a estabelecer uma base militar no país sul-americano. Os termos do tratado ainda revelam o grau de submissão do governo de Assunção. Pelo entendimento, se um integrante das forças armadas norte-americanas violar a lei paraguaia, poderá ser julgado apenas em seu próprio país e só obedecerá às ordens de seus comandantes. Militares e civis entrarão em território paraguaio com imunidade total, o que lhes permite portar armas e burlar os controles locais. Também não pagarão impostos ou taxas.

Outro campo de testes passou a ser o Equador, destacado pelo Secretário de Guerra, Pete Hegseth, como um dos focos norte-americanos. Um dia antes do encontro na Flórida, os dois países realizaram, pela primeira vez, ataques coordenados contra grupos do narcotráfico, inclusive na selva amazônica. Em fevereiro, representantes das forças navais dos dois países realizaram uma rodada de negociações em Quito. O objetivo é traduzir as políticas de segurança em ações concretas por meio do compartilhamento de informações, planejamento conjunto e metas mensuráveis em segurança marítima.

Além da militarização, a ofensiva inclui

“cenouras”. Ou seja, benefícios para determinados setores. No caso do Equador, o governo de Quito está prestes a fechar um acordo comercial com os EUA para ampliar as exportações. “Esse acordo representa uma nova plataforma para promover a prosperidade. Sua rápida entrada em vigor ajudará a expandir e diversificar o comércio e o investimento bilaterais para o benefício mútuo de ambos os países e seus povos”, afirmou Jamieson Greer, representante de Comércio dos EUA.

Argentina, El Salvador e Guatemala também assinaram acordos comerciais que vetam esses países de fazer certos negócios com a China. Em alguns deles, os governos locais se comprometem a não entrar em tratados de cooperação espacial com Pequim.

Analistas alertam, porém, para o fato de que essa reocupação geográfica pode ser mais difícil do que se imagina. O governo chinês criou uma “força-tarefa” para tentar preservar sua posição diplomática na região e antecipar ações dos EUA.

A realidade é que deslocar o dragão chinês pode não ser uma tarefa das mais simples. O comércio da China com a região atingiu o recorde de 518 bilhões de dólares em 2024, com Pequim emprestando mais de 120 bilhões a governos no Hemisfério Ocidental.

Os chineses contam com o apoio de uma extensa rede portuária, com mais de três dezenas de portos, mais infraestrutura espacial do que qualquer outra região do mundo fora da China continental, e a empresa estatal Huawei se inseriu em ao menos uma dúzia de redes de telecomunicações em toda a região. Em 2025, mesmo com toda a ofensiva de Trump, o comércio entre a China e a América Latina cresceu 7%. A disputa pela região está em curso. •

redacao@cartacapital.com.br

Adeus, Barbie

EUA Kristi Noem, a czarina da migração, é a primeira grande baixa da equipe de Donald Trump

POR CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

A demissão de Kristi Noem do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos na quinta-feira 5 foi apresentada pela Casa Branca como uma “mudança de fase” no governo Donald Trump, mas tudo no episódio remete a uma combinação de crise de gestão, disputa de vaidades e cálculo eleitoral. Oficialmente, a queda da ex-governadora de Dakota do Sul foi precipitada pela pressão do Congresso após a morte de dois cidadãos norte-americanos em Minneapolis durante uma operação de agentes migratórios, num momento em que o governo tenta transformar a máquina de deportações em vitrine central do mandato.

O desgaste vinha, porém, de antes. Uma cara campanha publicitária de cerca de 220 milhões de dólares, concebida para desencorajar a imigração irregular e estrelada pela própria secretária, consolidou a imagem de Noem como a “Barbie do ICE” e abriu um flanco para acusações de autopromoção com dinheiro público. A combinação de mortos, marketing bilionário e incapacidade de controlar a própria pasta transformou a primeira grande baixa do gabinete em símbolo dos limites da agenda de linha-dura na fronteira.

Noem chegou ao DHS com a missão de colocar rosto e narrativa em uma política que, em anos anteriores, havia si-

do conduzida mais nos bastidores do que na frente das câmeras. Em poucos meses, ela encarnou o papel com entusiasmo. A mesma estética, aliás, que a ajudou a consolidar o apelido de “Barbie do ICE” passou a ser usada tanto por adversários quanto por aliados, todos incomodados com o fato de a secretária ocupar o centro do palco em uma agenda considerada uma marca pessoal por Trump.

Após a morte de Renée Nicole Good, de 37 anos, e Alex Pretti, também de 37, por agentes sob o comando de Noem, parlamentares democratas pediram audiências de emergência, e republicanos moderados, preocupados com o desgaste entre eleitores suburbanos, passaram a tratar os casos como sintomas de uma máquina fora de controle. O senador republicano Thom Tillis foi particularmente duro: “O que vimos foi um desastre sob a sua liderança”. Chamada a depor, Noem oscilou entre defender os agentes, atribuir responsabilidades a instâncias inferiores da burocracia e repetir palavras

A secretária não resistiu à morte de cidadãos dos EUA em Minnesota



de ordem do governo. Saiu das audiências com a imagem de gestora frágil, incapaz de conciliar a retórica de guerra com a exigência básica de prestação de contas, sobretudo quando norte-americanos morrem pelas mãos do Estado.

Ao demitir Noem, a mensagem diz menos sobre a decisão em si e mais sobre uma regra implícita do trumpismo: todos podem ser personagens, mas somente Trump pode ser protagonista. Não por menos, o presidente optou por um aliado fiel e com histórico de linha-dura em imigração para assumir o comando da pasta. O senador de Oklahoma Markwayne Mullin, que se vende como empresário rural, é ex-lutador profissional de MMA, pai de seis filhos e integrante da nação Cherokee, um pacote que combina masculinidade performática, raiz rural e minoria indígena, tudo convertido em credencial política. “Estou superempolgado



com esta oportunidade”, declarou Mullin ao ser anunciado. O foco, acrescentou, será “manter a pátria segura” e “tentar conquistar o voto de todos”, incluindo democratas, prometendo ser “prático” ao ouvir as preocupações dos eleitores.

Se, de um lado, Noem foi retirada do posto que concentra orçamento, nomeações estratégicas e peso institucional, de outro, o presidente tratou de embalá-la em elogios ao anunciar sua nova função, a de enviada especial para o “Shield of the Americas”, iniciativa ainda embrionária cujo objetivo é submeter os países do continente à intervenção direta de Washington. Trump agradeceu a “extraordinária” atuação da ex-subordinada na fronteira e apresentou o novo cargo como promoção a uma espécie de posto diplomático-militar de alta relevância, mas que, na prática, trata-se de um rebaixa-

Sede ao pote. Noem, apelidada de “Barbie do ICE”, não seguiu uma regra implícita do trumpismo: só o atual presidente pode ser protagonista



mento, pois ela perdeu o controle sobre a máquina administrativa doméstica e ganhou um título que depende, em grande medida, da boa vontade da própria Casa Branca em dar conteúdo e recursos.

A ideia do “Escudo das Américas” é criar uma moldura de cooperação regional contra o crime organizado, com ênfase na retórica de guerra aos cartéis, nas rotas de tráfico e na infiltração de facções em estruturas estatais. É um tema que fala diretamente ao imaginário da base trumpista, mas que agora desloca parte do foco e da responsabilidade para fora dos limites norte-americanos. No sábado 7, uma reunião de cúpula foi organizada às pressas, na Flórida, com lideranças políticas e representantes de governos alinhados ideologicamente à Casa Branca. Participaram do encontro enviados da Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai e Trinidad e Tobago. O Brasil não foi convidado. A exclusão do maior país da América Latina de um fórum que pretende coordenar ações contra cartéis e tráfico envia um recado claro. Aos olhos da Washington trumpista, Brasília é vista com desconfiança, seja por divergências políticas, seja pela avaliação de que o governo brasileiro não embarcará sem reservas em uma agenda de segurança moldada pela lógica da guerra total. Em fevereiro, durante viagem à Índia, o presidente Lula afirmou que “não quer uma nova Guerra Fria”. “Não queremos interferir em nenhum outro país, queremos que todos os países sejam tratados igualmente.”

Para a diplomacia brasileira, o quadro é complexo. De um lado, a pressão para aderir a operações e compromissos que podem diretamente implicar maior exposição de dados e coordenação com estruturas norte-americanas de inteligência. Do outro, o risco de isolamento em um tabuleiro no qual os vizinhos agem como súcubos. •

Reconquistar o foco

ANÁLISE Precisamos proteger nossa atenção das *big techs*

POR VITÓRIA OLIVEIRA, RAQUEL DA CRUZ LIMA
E PETER SCHMIDT*

Há algo de errado com a maneira como lidamos com a atenção no mundo contemporâneo. O problema não está na nossa dificuldade em aderir a aplicativos que restrinjam nosso tempo de uso de tela ou na insistência em conferir *feeds* de redes sociais antes de dormir ou logo que acordamos, mas sobretudo no modelo econômico que sustenta grande parte das plataformas digitais.

Nas últimas duas décadas, o mercado de empresas de tecnologia tornou-se extremamente fechado, concentrado e dominado por algumas poucas empresas, que atuam como intermediárias de quase todo o fluxo de informação *online*. Na prática, são essas companhias gigantes que definem quais conteúdos ganham visibilidade e quais permanecem invisíveis para a maioria dos usuários, influenciando as condições para o exercício da liberdade de expressão e para o acesso à informação.

Essas empresas de tecnologia, sediadas principalmente no Vale do Silício, consolidaram sua posição global por meio de sistemas cada vez mais sofisticados de captação e monetização da atenção humana. Esse fenômeno pode ser descrito como uma espécie de “fraturamento

da atenção”, ou *fracking* humano. A comparação vem da técnica de fraturamento hidráulico utilizada na indústria petrolífera. Assim como o *fracking* injeta substâncias químicas no subsolo para extrair combustíveis fósseis de difícil acesso, as plataformas digitais bombardeiam os usuários com fluxos constantes de conteúdos, notificações e estímulos. O objetivo é fragmentar a atenção em intervalos cada vez menores, transformando cada janela de foco em um recurso comercializável no mercado publicitário digital.

Os efeitos desse sistema são amplos e, em muitos aspectos, particularmente visíveis no Brasil. O País está entre aqueles que passam mais tempo *online*. Em média, os brasileiros permanecem mais de nove horas por dia conectados à internet. Cerca de metade desse período é gasta em plataformas privadas desenhadas para estimular o engajamen-

O problema está no modelo econômico que sustenta as plataformas digitais

to contínuo, sem necessariamente considerar seus impactos sociais ou políticos.

O jornalismo também sofre os efeitos dessa dinâmica. No Brasil, quase metade da população afirma evitar notícias de forma deliberada. Nesse cenário, conteúdos apelativos, títulos caça-cliques e resumos automáticos produzidos por Inteligência Artificial passam a disputar a atenção do público com reportagens aprofundadas e de interesse público. O resultado é uma pressão crescente sobre o modelo econômico que sustenta o jornalismo e, conseqüentemente, sobre o acesso da sociedade a informações confiáveis e ao debate público.

Essa lógica também orienta a distribuição de conteúdos nas redes. Os algoritmos tendem a promover aquilo que gera mais reações e interações, não necessariamente o que é mais relevante, diverso ou confiável. Como consequência, cada usuário acaba exposto apenas a uma pequena fração do conteúdo disponível.

Por isso, o *fracking* humano não é apenas uma questão individual relacionada ao uso de tecnologia. Representa um desafio para a própria democracia. No Brasil, a amplificação algorítmica de conteúdos deliberadamente enganosos em plataformas como Facebook e YouTube tem contribuído para distorcer o debate público e fragilizar a confiança nas instituições.

Apesar desse cenário preocupante, iniciativas de resistência começam a ganhar força em diferentes partes do mundo. A Strother School of Radical Attention, organização social de Nova York, reúne artistas, educadores e pesquisadores em programas pedagógicos voltados à formação de uma nova geração de ativistas da atenção. Já a ARTIGO 19, associação que atua pela defesa da liberdade de expressão, trabalha para fortalecer a participação de vozes do Sul Global na construção de políticas públicas e soluções tecnológicas que favoreçam um



Dividir para lucrar. As plataformas apostam no “fraturamento” humano, maneira de fragmentar a atração dos conteúdos em intervalos curtos

ambiente digital mais democrático e plural. Em comum, reconhecem que a mudança do modelo de negócios das plataformas depende de mobilização social e que a atenção humana é um componente essencial da nossa dignidade.

O primeiro passo desse movimento de resistência está em abandonar concepções que reduzem a ideia de atenção à produtividade. A atenção humana é um conjunto extraordinariamente diverso e abrangente de estados sensoriais, cognitivos e afetivos, práticas, modos e tradições. Jogar futebol com amigos. Fazer refeições em família. Ler um livro. Práticas

muito diversas, como cuidar do jardim, orar ou sonhar acordado, são, em última análise, formas de atenção. A verdadeira atenção nada mais é do que nossa capacidade de cuidar, nossa capacidade de dedicar nossas mentes e sentidos ao mundo, e de nos abrímos à existência.

A partir do momento em que se entende quão expansiva e rica nossa atenção realmente é, podemos substituir a culpa individual pelas horas passadas rolando o *feed* das redes sociais por uma indignação política contra as *big techs*. Essa indignação pode ser o vetor tanto das transformações regulatórias e legislativas de que precisamos quanto uma força que nos convoca a desenvolver práticas de atenção mais significativas. Trata-se de fazer mais das coisas que já fazemos (dançar, jogar jogos, passear com o cachorro), e fazermos

isso juntos, coletivamente. E trata-se de identificar nossa atenção (e as maneiras de usá-la) como uma forma de resistência.

O convite deste artigo não é para que os leitores excluam seus aplicativos ou abandonem seus *smartphones*. O que precisamos é de um novo olhar para o problema. A valorização da atenção pode ser a chave para isso. Ninguém pode realmente ser dono da nossa atenção, a não ser nós mesmos. É por meio dela que cultivamos nossos relacionamentos e nos desenvolvemos por nós mesmos – é a própria atenção que torna as coisas, e a própria vida, valiosas. •

**Peter Schmidt é diretor de programas da Strother School of Radical Attention; Raquel da Cruz Lima é coordenadora do Centro de Referência Legal da ARTIGO 19 Brasil e América do Sul; Vitória Oliveira é consultora sênior do Centro de Referência Legal da ARTIGO 19 Brasil e América do Sul.*

Locações à vista

POLÍTICA AUDIOVISUAL O governo federal prepara um decreto voltado a atrair e facilitar filmagens internacionais no País

POR THIAGO STIVALETTI, DE FERNANDO DE NORONHA*

Os olhos dos produtores internacionais nunca estiveram tão voltados para o Brasil. Após a vitória de *Ainda Estou Aqui* no Oscar 2025 e as indicações para *O Agente Secreto* este ano, o interesse pelas locações do País é visível nas rodas de conversa de eventos e festivais de cinema.

O Brasil tem hoje 29 escritórios municipais voltados a atrair e facilitar filmagens – chamados de *film commissions*. O objetivo dessas estruturas é simplificar o processo de filmagem dos mais diversos tipos de projetos – de longas-metragens e séries até videoclipes e publicidade.

Mas, para que o movimento ganhe tração, falta um passo importante: a criação de uma estrutura nacional, a Brasil Film Commission, que ajude a consolidar a imagem do País no mundo e estimular a indústria local. Sua criação foi anunciada na semana passada no Noronha 2B, fórum de *film commissions* que chegou à terceira edição reunindo profissionais do setor em Fernando de Noronha.

Ali, a sensação era a de que o Brasil está definitivamente no mapa. “Nunca falei tanto de coprodução internacional co-

mo no ano passado”, conta Daniel Celli, que esteve na criação da SPcine, a *film commission* de São Paulo, e há quatro anos está na Rio Film Commission. Em 2022, foram 19 produções internacionais filmadas na capital fluminense com o apoio da agência; em 2025, o número subiu para 28.

A criação dessa estrutura federal é liderada pelos ministérios da Cultura e do Turismo, por meio da Embratur, com o envolvimento de pastas como a de Relações Exteriores e da agência de exportações, a Apex. Ter uma comissão federal de promoção do audiovisual é um passo que vários países já deram. Na Europa, quase todos os países têm políticas para atrair filmagens para seus territórios. Na América Latina, México, Argentina, Colômbia

Incentivos fiscais e financeiros para atrair filmes e séries se tornaram comuns no mundo



e Uruguai possuem uma *film commission*.

A ideia era oficializar a Brasil Film Commission no Noronha 2B, por meio de decreto assinado pelo presidente Lula. Mas, por questões burocráticas, a iniciativa não saiu do papel a tempo. A secretária do Audiovisual, Joelma Gonzaga, afirmou no evento que a assinatura deve sair ainda neste semestre.

Sustentando o projeto está a interseção entre audiovisual e turismo. Estima-se, internacionalmente, que todos os anos cerca de 100 milhões de turistas decidam seus destinos influenciados pelo que veem em filmes e séries.

No início dos anos 2000, muito se falou sobre o aumento do fluxo de turistas para a Nova Zelândia em razão de *O Senhor dos Anéis*. De lá para cá, o turismo cinematográfico só cresceu. A temporada final de *Stranger Things*, por exemplo, impulsionou o número de visitas à cachoeira Haifoss, no sul da Islândia. Existe até uma versão do guia *The Lonely Planet* chamada *Film and TV Locations*.

O plano para a Brasil Film Commission tem duas frentes. Externamente, o objetivo é atrair filmagens e incentivar coproduções, consolidando o destaque recen-



te do cinema brasileiro. Internamente, a meta é promover a articulação de agentes públicos e privados e elaborar uma base de dados sobre o mercado audiovisual, marcado por disparidades regionais.

O Noronha 2B contou com a apresentação de 11 *film commissions*. A diferença entre as mais consolidadas – Rio, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte – e outras em estágio inicial, como Florianópolis, Ilhabela (SP), Maricá (RJ) e Santa Cruz (RS), ainda é grande.

As variações de tamanho e estrutura se refletem também na capacidade de atração. Hoje, essas comissões trabalham com o mecanismo de *cash rebate*, que consiste na devolução de parte do dinheiro investido em determinada cidade. Na França e na Espanha, o reembolso pode chegar a 30%. Na Colômbia, o teto é de 40%. A Colômbia, por sinal, criou um roteiro turístico baseado em *Cem Anos de Solidão*, da Netflix.

Outra política adotada internacionalmente é a do *tax rebate*, que prevê a devolução de impostos. Esse modelo esbarra, porém, em questões tributárias e, dada a guerra tarifária declarada por Donald Trump, se mostra especialmente espi-

Turismo. O *Agente Secreto* gerou um roteiro informal que passa por lugares da trama. Na Colômbia, o governo criou um tour da série *Cem Anos de Solidão* (à dir.)

nhoso no momento. O Brasil deve adotar, além do *cash rebate*, o modelo de editais de coinvestimento. Nesse caso, cada real investido teria uma contrapartida financeira do governo – que poderia ser, por exemplo, de três para um.

Embora o adiamento do decreto tenha frustrado as expectativas, o encontro foi mais um passo para o desenho de um modelo viável e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para a reflexão. Remi Bergues, diretor da comissão de cinema da região de Paris, detalhou o impacto ambiental das grandes produções e citou as ações de sustentabilidade adotadas na França.

Do lado brasileiro, a discussão girou em torno do potencial do chamado turismo de tela. Esse movimento já acontece espontaneamente, como no caso dos roteiros informais criados a partir de *O Agente Secreto* – a revista *Viagem&Turismo* fez, inclusive, uma reportagem com os pontos a serem visitados. O objetivo é que is-



so aconteça de forma intencional, e não apenas espontânea. Internacionalmente, é comum que o plano de lançamento de uma obra integre uma estratégia de divulgação do destino turístico.

O atraso na assinatura do decreto preocupa produtores e gestores, sobretudo, por estarmos em ano eleitoral. Mas Leonardo Edde, presidente da RioFilme, não acha que essa pauta desperte resistência ideológica. “Estamos falando de desenvolvimento econômico, de vender a imagem do País para o exterior”, avalia. “É um negócio que gera dinheiro, emprego e serviços.” •

**O jornalista viajou a convite da organização do Noronha 2B.*

Imaginários coloridos

CINEMA A estreia de *A Pequena Amélie*, coprodução entre França e Bélgica, completa a lista dos indicados ao Oscar de melhor animação exibidos no Brasil

POR MARCELO MIRANDA

Adaptação do romance autobiográfico da escritora belga Amélie Nothomb, *A Pequena Amélie* estreou na quinta-feira 12 nos cinemas brasileiros. O longa-metragem era o único, dentre os indicados ao Oscar 2026 na categoria, ainda inédito no País. O filme dirigido por Maïlys Vallade e Liane-Cho Han, numa coprodução entre Bélgica e França, transpõe em elegantes traços e movimentações coloridas uma versão dos primeiros três anos de vida de Amélie, que é filha de pais diplomatas, da Bélgica, e nasceu no Japão.

Desde os primeiros minutos, o longa-metragem explicita o ponto de vista da personagem-título, a ser acompanhada pelo espectador enquanto descobre algumas maravilhas e também um tanto de ilusões e frustrações da primeira infância.

A Pequena Amélie estreou mundialmente em maio de 2025, numa sessão especial do Festival de Cannes. Desde então, tem percorrido, com sucesso, o circuito de festivais. Um dos prêmios que recebeu foi aquele dado pelo público no Festival de Annecy, o maior evento de animação do mundo. Em Hollywood, foi indicado ao Globo de Ouro e ao Oscar.

Nada mal para uma produção de 10 mi-

lhões de dólares, especialmente se considerarmos que a maioria de seus concorrentes à estatueta dourada, no domingo 15, são animações com orçamentos de mais de 100 milhões de dólares feitas por grandes estúdios de Hollywood.

Os demais indicados são *Guerreiras do K-Pop* (Sony Pictures/Netflix), *Elio* (Pixar), *Zootopia 2* (Disney) e, correndo por fora, *Arco*, outra produção francesa de médio porte, também orçada em 10 milhões de dólares.

O favorito ao Oscar, disparado, é *Guerreiras do K-Pop*, da dupla Maggie Kang e Chris Appelhans, embalado pela vitória no Globo de Ouro e por deter o recorde de filme mais visto da história da Netflix. Segundo dados da Niel-

Os concorrentes são, quase todos, filmes que trazem narrativas de personagens jovens diante de algum tipo de lição ou aprendizado sobre o mundo

sen divulgados no começo de 2026, a animação bateu 210 milhões de visualizações integrais na plataforma.

Se confirmadas as previsões, a vitória de *Guerreiras do K-Pop* será um enorme contraste em relação ao resultado de 2025, quando o vencedor foi o pequeno *Flow*. O filme foi realizado na Letônia por uma equipe de dez pessoas usando um *software* livre chamado Blender e com orçamento total de 4 milhões de dólares. A animação concorria ainda na categoria de filme internacional, na qual perdeu para o brasileiro *Ainda Estou Aqui*.

Ao subir ao palco do Dolby Theatre logo após o anúncio de *Flow* como melhor longa-metragem animado, o diretor Gints Zilbalodis disse torcer para que o sucesso da aventura de um gatinho preto num mundo pós-apocalíptico “abrisse portas a realizadores independentes ao redor do mundo”.

O desejo de Zilbalodis talvez não tenha se concretizado ainda, ao menos no Oscar. De qualquer forma, este é um ano de bons filmes – ainda que nenhum tenha o brilho de *Flow*. Curiosamente, os indicados são, quase todos, filmes que trazem narrativas de personagens jovens diante de algum tipo de lição ou aprendizado sobre o mundo.

A Pequena Amélie mostra a garotinha em contato com cheiros do jardim japonês, com a língua diferente da de sua família, com uma cuidadora maternal e com as primeiras noções sobre morte, além de revelações sobre a própria identidade.

Em *Arco*, o diretor Ugo Bienvenu segue o menino de 10 anos que vem de um futuro distante para o ano de 2075 e se depara com uma crise climática e a amizade de uma garota infeliz que sofre com o distanciamento dos pais.

Elio, por sua vez, apresenta um garoto de 11 anos obcecado por vida extraterrestre e confundido com o embaixador da Terra quando vai parar numa galáxia alienígena, onde vai re-



Tecnologias distintas. A Pequena Amélie (à esq.) e Arco (acima) correm por fora numa categoria novamente dominada por Hollywood, com Zootopia 2, da Disney, Elio, da Pixar, e Guerreiras do K-Pop, enorme sucesso produzido pela Sony e pela Netflix



presentar a humanidade antes mesmo de entender quem é ele mesmo.

Em *Guerreiras do K-Pop*, a pegada é mais juvenil. A produção segue as garotas do grupo musical Huntr/x, que precisam encarar demônios disfarçados de *boys band* enquanto lidam com as próprias crises e preconceitos.

Só mesmo *Zootopia 2* escapa desse padrão. Na trama, apolicialcoelhaeoparceiro raposo – ambos do primeiro filme, de 2016 – têm de investigar crimes misteriosos.

Se, por um lado, há certa convergência narrativa, por outro lado, o visual é abso-

lutamente diferente em cada um deles.

A *Pequena Amélie* usa animação 2D digital em cenários desenvolvidos a partir de estudos *plein air* (técnica de desenhos ao ar livre) e uso crescente de mudança de cores de acordo com a passagem do tempo e a perspectiva da protagonista. *Arco* mistura 2D e 3D num *software* francês chamado TVPaint, o que dá exuberância similar a de um mestre como Hayao Miyazaki, especialmente visto no clássico *Ponyo* (2008).

Os norte-americanos seguem detendo o padrão ouro de tecnologia animada, com *Zootopia 2* e *Elio* refinando o CGI de

estúdio em técnicas inventadas especialmente para cada um dos filmes, de lentes virtuais a sistemas de iluminação.

Já *Guerreiras do K-Pop* pega carona no visual hiperbólico de *Homem-Aranha no Aranhaverso*, ganhador do Oscar de animação em 2019, para misturar computação gráfica a referências do pop sul-coreano, tanto musical quanto televisivo e cinematográfico. Não por acaso, é o mais espetaculoso dos indicados, com sequências de ação, batalhas e números musicais que reforçam, desde a estreia em meados do ano passado, o fenômeno cultural que o filme se tornou. •

Minotauros modernos

LIVRO Em *Hipocritões e Olhigarcas*, o historiador Rui Tavares passeia pelas guerras culturais ao longo da história

POR SERGIO LIRIO

Na Pompeia de 2 mil anos atrás, os grafites nas paredes da cidade faziam a vez das redes sociais ou dos tabloides populares no século XX. Fofocas e pornografia se misturavam ao proselitismo político e religioso, a declarações de amor e ódio e à exploração dos medos profundos. Os monstros que aterrorizavam as noites de crianças e adultos atendiam pelos nomes de Minotauro, Medusa, Hidra de Lerna e Quimera, cujos horrores povoavam a imaginação popular desde a Grécia antiga. Uma gangue de adolescentes diante das bestas modernas, os hipocritões, como Donald Trump, e os olhigarcas, a exemplo de seu ex-parceiro Elon Musk, colossos “da falsidade e do poder desmedido”. Novos tempos exigem novas mitologias e o historiador e deputado português Rui Tavares garimpou nos rabiscos da cidade engolida pelas lavas do Vesúvio os vestígios de como os meios e as mensagens – ou melhor, as mensagens distribuídas em diferentes meios – moldam as batalhas de valores e identidade da humanidade.

Hipocritões e Olhigarcas é o fio de Ariadne pelo labirinto das guerras culturais ao longo dos tempos. A perspectiva histórica inibe as leituras enviesadas do presente, clareia o horizonte. Nem tudo

é novo, nem tudo é o mesmo. A prensa de Gutenberg difundiu o livro e as ideias de Martinho Lutero e incendiou o confronto, não raro sangrento, entre protestantes e católicos. O rádio fez de Adolf Hitler e Benito Mussolini os *influencers* da década de 1930 na Europa, mas popularizou as ideias de Franklin D. Roosevelt e do New Deal, período mais iluminista e generoso dos Estados Unidos. Assim como as redes sociais impulsionam a ascensão da extrema-direita nesta quadra. As tecnologias,



HIPOCRITÕES E OLHIGARCAS:
PASSADO E FUTURO DAS
GUERRAS CULTURAIS

Rui Tavares. Tinta-da-China Brasil
(184 págs., 79,90 reais)



escreve Tavares, potencializam as disputas, mas não as criam. Embora em nenhum outro momento uma mesma geração tenha sido exposta, como no primeiro quarto do século XXI, a seguidas revoluções tecnológicas (internet, redes sociais e Inteligência Artificial), a confluência de fatores que são o estopim das batalhas políticas e sociais repete um certo padrão de comportamentos e efeitos.

Cada época descobriu ou inventou os instrumentos adequados para lidar com os desafios. E agora? “Deixamos que as *big techs* fizessem das redes sociais uma espécie de latifúndio da internet. (Os magnatas das plataformas digitais) são os oligarcas dos nossos olhos, por isso o termo ‘olhigarcas’. Quando algo é de graça, nós somos o produto”, afirma o historiador (a íntegra da entrevista está no canal do YouTube desta revista). “E a IA está a ser avançada por pequenos conglomerados e dependemos que eles se com-



Alerta. Caso encontre um oligarca ou um hipocritão como estes aí do alto, fuja. Tavares cataloga os novos monstros



portem de forma moral. É uma situação de enorme risco e vamos precisar de um enquadramento público multilateral. No momento, infelizmente, nossas organizações internacionais não conseguem fazer isso. É como estar perante a bomba atômica e não ter a ONU.”

O livro confirma o requinte e engenho do pensamento do autor. Não é nenhuma surpresa para quem acompanha suas intervenções no Parlamento português ou ouviu o *podcast Agora, Agora e Mais Agora*, sequência de relatos particulares que servem de esteio a reflexões universais sobre a história das ideias. Produzido durante a pandemia de Covid-19, o *podcast* foi vertido ao papel e lançado no Brasil pela mesma Tinta-da-China em 2024. É uma boa leitura complementar a *Hipocrisões e Oligarcas*. A experiência política de Tavares, fundador, líder e deputado pelo Livre, partido em ascensão da nova esquerda portuguesa, realça o brilho intelectual do acadêmico. •

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA



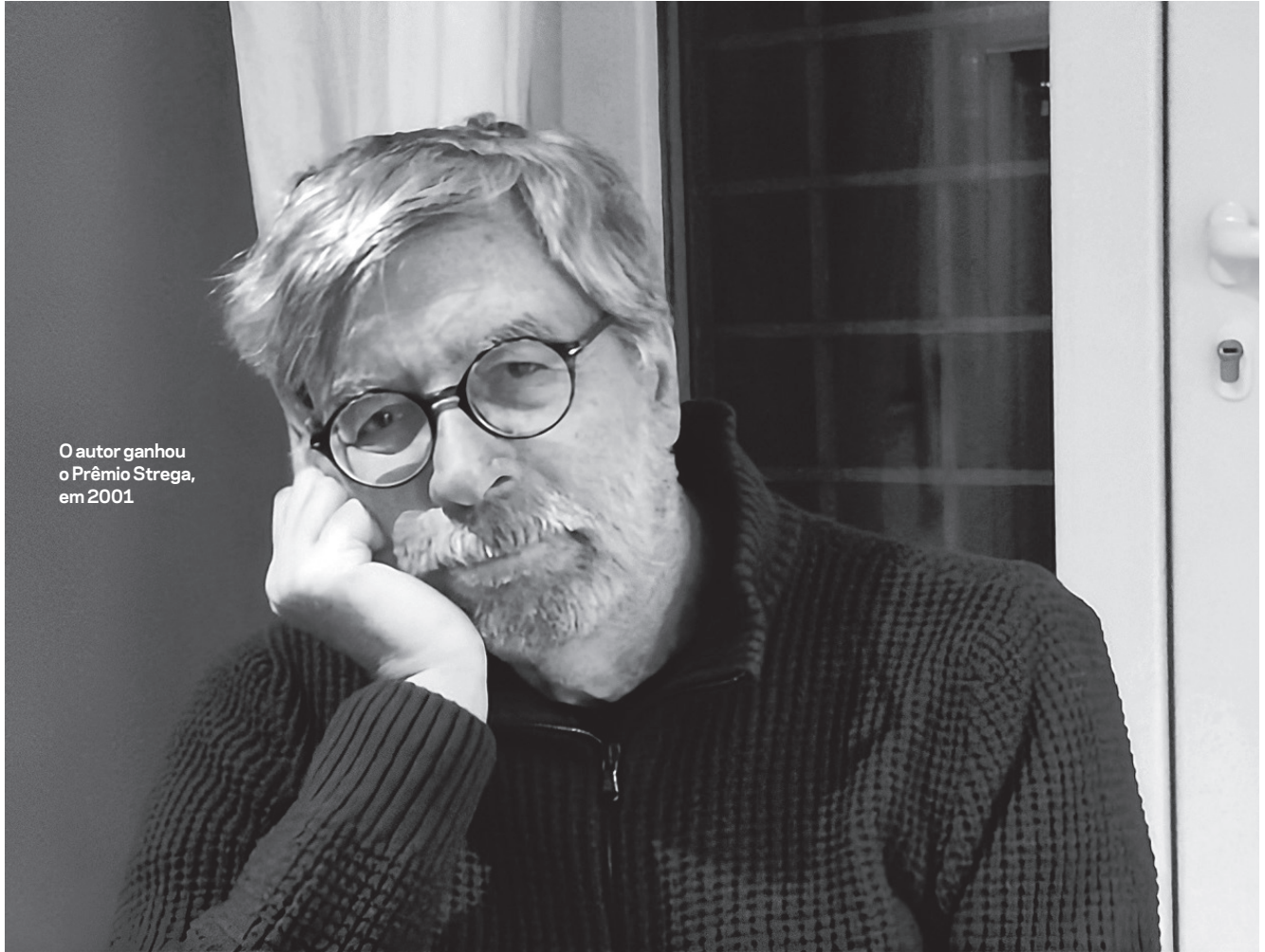
A aventura de sete crianças que, nos anos 1970, deram início à prática de vela num pequeno barco chamado *Optimistic*, até então inédito no País, é contada, de forma envolvente, em **Turma do Vento** (Editora Pitanga, 112 págs., 68,90 reais), escrito por Renata Lima e ilustrado por Bel Galvanese.



Em **Cobalto de Sangue: Como as Vidas no Congo Movem o Mundo Conectado** (Rocco, 288 págs., 89,90 reais), finalista do Prêmio Pulitzer em 2024, o pesquisador Siddharth Kara descreve a máquina predatória que move a exploração desse minério vital para a indústria de alta tecnologia.



As 30 mulheres que figuram em **Inesquecíveis - Quatro Séculos de Poetas Brasileiras** (Bazar do Tempo, 320 págs., 98 reais) nos levam a revisitar a poesia produzida desde o Brasil Colônia até a década de 1970. Se algumas das autoras foram antes editadas, outras só aqui foram lembradas.



O autor ganhou
o Prêmio Strega,
em 2001

Monumento à memória

LITERATURA Em *Via Gemito*, o escritor italiano Domenico Starnone recria, por meio de lembranças imprecisas, a figura de seu pai, um pintor talentoso e violento

POR PAULA SPERB

P érolas aos porcos. É assim que Federí, pintor excepcional que ganha a vida como ferroviário, se entende no mundo. Ele e seus quadros são as pérolas; os outros e seus feitos, os porcos.

A expressão é usada pelo narrador de *Via Gemito*, do italiano Domenico Starnone, vencedor do Prêmio Strega, em 2001. Quem narra o romance é Mimí, corruptela de Domenico. Federí é o apelido de Federico Starnone (1917–1988), pintor napolitano e pai do escritor.

Publicado no Brasil mais de duas décadas após seu lançamento na Itália, *Via Gemito* é um livro autobiográfico que nasceu como um clássico contemporâneo. O leitor se beneficia, porém, ao evi-

tar buscar correspondência entre fatos e literatura. Definir, de largada, a obra como autoficção pode turvar as características que a tornam brilhante.

Datas e nomes importam menos do que a forma adotada por Starnone para colocar seus personagens em ação. O autor não chama Federí de ciumento. Ele prefere mostrar que o homem se ressentia quando a sogra elogia a beleza do filho e não a dele – genro.

“Como lhe irritava que a sogra louvasse constantemente aquele filho. Lindo, ela insistia. (...) Não tolerava exageros quando diziam respeito aos outros e sofria com a centralidade que era cegamente dispensada ao cunhado, um rapaz sem nenhuma excelência, apenas uma boca a mais para comer, um cu para cagar”, relata Mimí.

O vocabulário rudimentar e violento, que encontra no dialeto napolitano sua expressão, é uma marca de Federí da qual Mimí faz questão de se afastar, utilizando-a apenas para caracterizar os modos brutos do pai. O tradutor Maurício Santana Dias foi, mais uma vez, competente ao verter o ritmo e o sentido para o português.

Na busca pela reconstrução da memória, Mimí circula por uma Nápoles diferente daquela onde nasceu e cresceu no pós-Guerra, em busca dos qua-



VIA GEMITO

Domenico Starnone. Tradução: Maurício Santana Dias
Todavia (464 págs., 139,90 reais)

dros do pai – Starnone nasceu, de fato, em Nápoles, em 1943.

Será que as pinturas estavam mesmo onde o pai se vangloriava de tê-las? Se o pai reescrevia o passado ao negar que batia na mulher, por que não mentiria sobre o resto? Mas o narrador encontra alguns desses quadros em repartições públicas.

Há um quadro específico, *Os Bebedores*, que absorve Mimí. Dadas as amplas dimensões da pintura, enquanto era produzida a sala ficava vazia, sendo usada exclusivamente pelo pai – com suas ferramentas e modelos –, que vivia a euforia de criar sua maior obra.

Mimí serviu de modelo para um dos

personagens do quadro: o menino que serve água para trabalhadores, com o joelho no chão. Ele se esforçava para ficar imóvel, mas debatia-se com a tentação de mover-se para ajudar o pai que não percebia – ou percebia? – que o copo onde a água cairia ficaria muito longe na figura. Ele temia uma explosão de fúria do pai, e sentia-se responsável pelo sucesso ou pelo fracasso. O veredicto, narrado de forma engenhosa, sai da boca da mãe.

Outra das figuras do quadro é um mastim napolitano que Mimí intuía ter sido pintado a partir de uma imagem do “livro azul”, um livro de arte herdado pelo pai. O encantamento do pai e do filho pelo “livro azul” remete à *Fada Azul*, livrinho infantil escrito por Lila, personagem da tetralogia napolitana de Elena Ferrante.

Há, entretanto, ressonâncias da própria obra de Starnone em *Via Gemito*. O pequeno Federí lembra Mario, o neto que precisa ser cuidado pelo avô septuagenário de *Assombrações*, romance no qual as artes visuais estão presentes. O avô é um ilustrador e o garoto, um prodígio aos olhos dos pais e professores, tem suas pinturas penduradas pelo apartamento.

Via Gemito é um monumento à imprecisão da memória com um narrador que admite sua falibilidade ao decretar: “Não me lembro de como termina”. •



Publicado no Brasil mais de duas décadas após seu lançamento na Itália, *Via Gemito* ecoa outros livros do autor, lançados aqui pela Todavia

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



Violência em ondas

► A briga entre Cruzeiro e Atlético Mineiro é um vexame para todos os envolvidos: dirigentes, jogadores e público em geral

As alegrias e tristezas do final dos campeonatos estaduais acabaram ofuscadas pelo degradante “desespétaculo” da briga entre os jogadores dos dois clubes que fecharam o Campeonato Mineiro no domingo 8 de março.

A briga envolvendo jogadores no clássico entre Cruzeiro e Atlético, no gramado do Mineirão, em duelo válido pela final do Campeonato Mineiro, terminou com 23 atletas expulsos.

O que se pode aproveitar daquele completo desacerto é parar para pensar que isso poderia acontecer em qualquer lugar do futebol brasileiro neste momento de tensão elevada, presente no dia a dia das pessoas e, sem dúvida, agravada pelas guerras que se desenrolam no mundo.

Imagine-se o que passa a gente submetida a esses horrores se, por aqui, a grandes distâncias dos focos em conflito, não podemos ter paz, perturbados pelo bombardeio de notícias e imagens dos recursos atuais de comunicação.

Pior ainda é pensar nas consequências da irracionalidade disso tudo depois que os “senhores das guerras” são obrigados a sentar à mesa e declarar cessar-fogo, como se nada houvesse passado. É a pura barbárie.

Nesse contexto, foi muito lúcido o comentário do excelente jornalista Carlos Eduardo Mansur, estabelecen-

do a relação dos torcedores ao acompanhar, com a força das suas emoções, a explosão dos acontecimentos dentro do campo.

Mansur classificou a cena como uma “arena romana”, um “ambiente tóxico e um ecossistema degradado”.

Ele chamou a atenção também para o despreparo da segurança privada, incapaz de conter as ondas de violência desencadeadas até a chegada da Polícia Militar com seus recursos.

Ressalto ainda o alcance desses acontecimentos e a responsabilidade de todos os envolvidos: dos promotores dos eventos (autoridades e dirigentes) aos jogadores e ao público em geral, todos inseridos nesse clima instalado.

Por outro lado, é fundamental destacar a atuação responsável de alguns jogadores mais conscientes.

Pude ver, ainda no auge da briga, Gustavo Scarpa, do Atlético, tentando conter alguns beligerantes e Dudu, também do Galo, apenas se retirando do meio daquela insanidade. Soube, depois, de outros nomes que também tiveram postura correta no meio da confusão.



No Mineirão. Houve 23 atletas expulsos

Outra mostra da fragilidade das relações estabelecidas continua sendo a instabilidade dos jogadores, que correm aos montes para cima da arbitragem depois de qualquer marcação, por mais insignificante que seja.

A tolerância dos juizes, por sua vez, demonstra a mesma insegurança por parte dos responsáveis pelas marcações. Mais uma vez, faz-se notar a ausência de legítimos representantes dos jogadores nas manifestações de análise das ocorrências das quais fazem parte.

Os atletas devem ter uma representação sólida em, rigorosamente, todas as instâncias, com líderes escolhidos pelos próprios jogadores, não pela “cartolagem”.

Passados os festejos das taças conquistadas nos estaduais por Palmeiras, Flamengo, Grêmio, Cruzeiro e Bahia (esse último na Série A, vencendo o Baiano com torcida única), e superados os traumas dos perdedores, a vida segue em frente – não só no futebol, como em todos os demais esportes.

João Fonseca continua crescendo no tênis e o destaque da semana ficou mesmo por conta de Cristian Ribera, ao conquistar a medalha de prata, a primeira do Brasil em Jogos Paralímpicos de Inverno.

No futebol doméstico, seguem as movimentações às vezes incompreensíveis de mudanças na direção técnica.

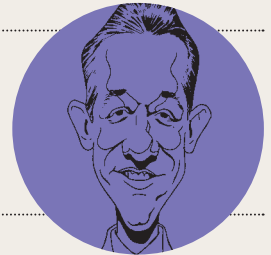
No Rio, o Flamengo acabou premiado ao vencer nos pênaltis com atuação brilhante do excelente goleiro argentino Agustín Rossi, apesar da campanha superior do Fluminense, que cedeu a maioria dos escolhidos para a seleção do campeonato.

No Velho Continente, enquanto aumenta a expectativa pela Copa do Mundo, a Champions League chega à sua fase decisiva de mata-mata. •

redacao@cartacapital.com.br

ARTHUR CHIORO

Médico sanitário e professor da Escola Paulista de Medicina (Unifesp). Foi ministro da Saúde. É presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (MEC)



Rede que cuida

► O Mutirão da Saúde das Mulheres, no próximo dia 21, mobilizará hospitais universitários federais, Santas Casas e hospitais estaduais e municipais

Reducir filas para consultas especializadas, exames e cirurgias é um grande desafio para o SUS. O diagnóstico é conhecido: demanda crescente, envelhecimento populacional, novas tecnologias, má distribuição de especialistas, subfinanciamento da saúde e desigualdades regionais.

Em 2023, o governo federal priorizou a política de atenção especializada, visando ampliar o acesso e diminuir o tempo de espera. Reorganizou processos de trabalho e passou a utilizar, de forma mais racional, a capacidade instalada do SUS.

Uma das expressões mais potentes dessa capacidade é a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Vinculada ao Ministério da Educação, a estatal administra 45 hospitais universitários federais. É uma rede singular que presta assistência de média e alta complexidade para milhões de brasileiros – 100% destinada ao SUS –, forma profissionais de saúde e produz conhecimento científico.

Nos últimos anos, essa rede foi reestruturada e passou a desempenhar um papel ainda mais estratégico, promovendo mobilização nacional para ampliar acesso e reduzir o tempo de espera por procedimentos especializados. O resultado é um movimento que combina organização da gestão

hospitalar e do fluxo assistencial, ampliação da capacidade, qualificação da gestão das filas e mobilização coletiva de profissionais, docentes, residentes e estudantes.

Processos de regulação e planejamento cirúrgico foram aprimorados, reduzindo cancelamentos e melhorando o uso das salas operatórias. Muitos hospitais universitários incorporaram terceiros turnos e jornadas cirúrgicas aos sábados, aumentando a capacidade de atendimento.

Entre 2022 e 2025, a produção nos hospitais universitários cresceu expressivamente: cirurgias aumentaram 29%, consultas 22% e internações 24%. Apenas em 2025, foram realizadas 532 mil cirurgias e 7,3 milhões de consultas. Exames de imagem cresceram 23%, superando 1,4 milhão de procedimentos.

A face mais visível desse movimento são os três grandes mutirões realizados em 2025, chamados de “Dia E”, em que todos os hospitais universitários realizaram simultaneamente cirurgias, consultas, exames e procedimentos. Na primeira edição, foram realizados perto de 12 mil procedimentos; na segunda, mais de 34 mil; na terceira, realizada em dezembro, houve 54 mil procedimentos em um dia.

Esse esforço se integra ao Programa Agora Tem Especialistas. A articulação entre os Ministérios da Saúde e da Educação, por meio da Ebserh, demonstra que políticas públicas ganham força quando diferentes instituições trabalham em sinergia.

Trata-se de uma experiência concreta de cooperação federativa e institucional que responde às demandas reais da população, e a partir da qual a formação dos futuros especialistas acontece no próprio processo de cuidado, co-

nectando ensino e prática assistencial.

No ano passado, foram realizados ainda mais de 500 mutirões nos hospitais da rede, voltados às necessidades específicas da população e às realidades regionais, como mutirões para povos indígenas, comunidades quilombolas, prevenção do câncer e saúde neonatal.

Um novo capítulo vem aí: o “Mutirão da Saúde das Mulheres”, que será realizado no dia 21 de março, reunindo hospitais universitários federais, Santas Casas e hospitais estaduais e municipais, ampliando ainda mais o alcance da ação.

A prioridade é clara: ampliar o acesso a exames, diagnósticos e cirurgias voltados à saúde da mulher, enfrentar desigualdades no acesso ao cuidado e garantir que mulheres em todo o País possam receber atendimento oportuno e de qualidade. Essa mobilização reafirma uma convicção fundamental: o SUS é mais forte quando funciona em rede.

A Ebserh demonstra que é possível ampliar o acesso, reduzir filas e qualificar o cuidado sem renunciar aos princípios da universalidade e da equidade. Mostra também que a saúde pública brasileira não é apenas um sistema de atendimento, mas um projeto civilizatório que forma profissionais, produz ciência e transforma vidas.

Em tempos de tantas disputas sobre o papel do Estado, vale lembrar que, quando o Poder Público organiza capacidades existentes e mobiliza pessoas e instituições em torno do bem comum, o resultado aparece. E aparece onde mais importa: na vida de quem espera, muitas vezes há meses ou anos, por um atendimento que pode mudar o seu destino. •

redacao@cartacapital.com.br



Ines249

POLÍTICA NA VEIA



Política na Veia é o podcast semanal de política da CartaCapital. A cada semana, Sergio Lirio (CartaCapital), Claudio Couto (Fora da Política não há Salvação) e Luis Nassif (GGN) discutem os principais assuntos do cenário político em conversas profundas, com análises objetivas e opiniões contundentes sobre a política nacional.



Claudio
Couto

Sergio
Lirio

Luis
Nassif

SE VOCÊ TEM POLÍTICA NO SANGUE,
OUÇA **POLÍTICA NA VEIA**

TODA QUARTA-FEIRA,
NO SPOTIFY, YOUTUBE E NAS PRINCIPAIS PLATAFORMAS DE ÁUDIO.



Carta

Ines249

8 de março

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Por direitos,
igualdade e
empoderamento

A Fenae luta pelas mulheres e acredita
que um mundo melhor se faz com elas.

Estamos juntos pelos direitos humanos de
mulheres e meninas, pelo empoderamento
delas e contra toda e qualquer violência.

Cobre seus governantes e líderes
comunitários, converse com seus pares,
engaje mídia e apoie as mulheres dentro
e fora do seu convívio.



FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



/fenaefederacao



@fenaefederacao



www.fenae.org.br



(61) 98142 8428



/company/fenae-federacao

